



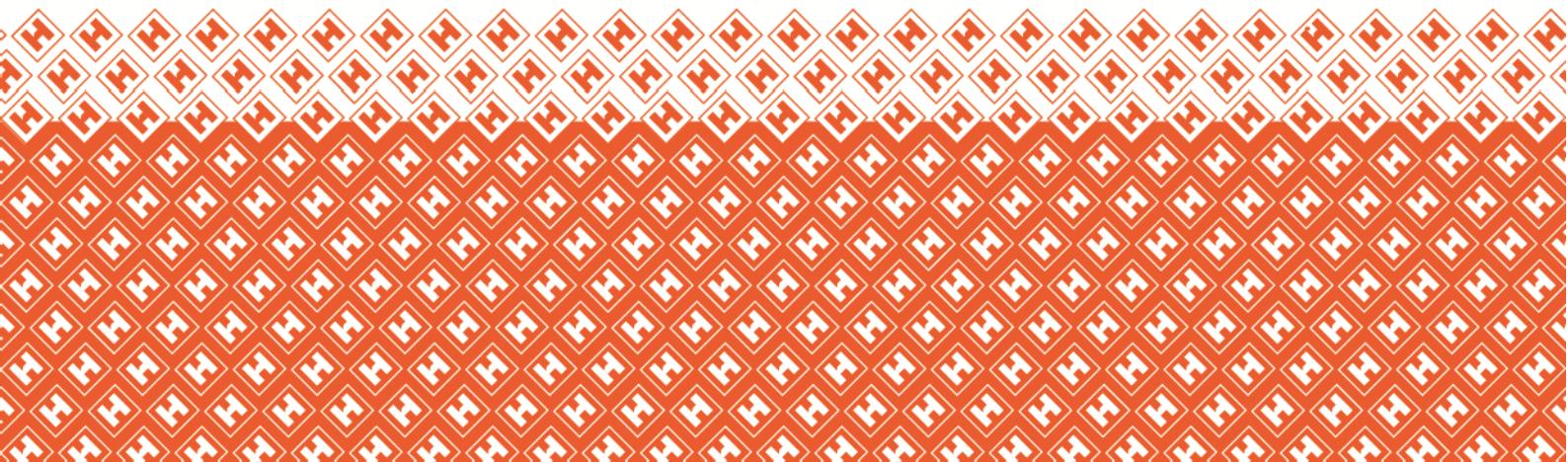
---

Pedro Antonio Rodrigues Neto

**EDUCAÇÃO  
ANTIRRACISTA:  
USOS DE PASQUINS  
DA IMPRENSA  
NEGRA DO SÉCULO  
XIX COMO  
ESTRATÉGIA DE  
ENSINO DE  
HISTÓRIA**

UFRJ

Julho / 2022



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de História

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: USOS DE PASQUINS DA IMPRENSA NEGRA DO  
SÉCULO XIX COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE HISTÓRIA**

PEDRO ANTONIO RODRIGUES NETO

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência à obtenção de título de Mestre em Ensino de História junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Warley da Costa.

Rio de Janeiro

2022

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Aprovada por:

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Warley da Costa – UFRJ (Orientadora)

---

Prof. Dr. Samuel de Oliveira – CEFET

---

Prof. Dr. Amilcar Araújo Pereira - UFRJ

## **Agradecimentos**

Após um longo processo de escrita, em meio a uma pandemia que nos obrigou a ficar em casa, consegui concluir o trabalho. O que não poderia ter acontecido sem a ajuda de muitas pessoas nessa longa jornada.

Catorze anos após minha primeira graduação, em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), pude alcançar mais um degrau em minha formação acadêmica.

Inicialmente sou grato aos meus pais, Flora e Pedro, pelo incentivo e investimento em educação durante a minha vida que fizeram com que eu conseguisse chegar a este nível de estudo. Agradeço também ao apoio que recebi para concluir o Mestrado.

Agradeço a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por permitir que esse mestrado fosse possível e por apoiar os estudantes nesse processo.

Sou grato a professora Dra. Warley da Costa pelas orientações ao longo do trabalho. Agradeço também a ajuda do grupo de pesquisa por ela coordenado, Grupo de Estudos Currículo Cultura: identidade diferença (GECCID) que contribuiu para romper o isolamento social com a leitura de textos e discussões sobre assuntos importantes que estavam diretamente relacionados ao meu tema de pesquisa.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa. Ao professor Dr. Samuel de Oliveira, pelos valiosos conselhos e dicas e ao professor Dr. Amílcar Pereira, pelas diversas observações sobre o texto. Agradeço também a professora Dra. Cintia Araújo, pelos comentários no curso sobre Paulo Freire e pelo apoio no período em que esteve na coordenação do Programa.

Agradeço também a todos os professores que tive no Mestrado, que muito ajudaram para a minha formação e que, direta ou indiretamente, também contribuíram para a escrita desse trabalho.

Sou especialmente grato a minha amada esposa, Tatiana, que me acompanhou de perto durante esse processo de escrita, pelo carinho, apoio, paciência e pela revisão do texto final.

Agradeço ao Isaias, meu irmão, que sempre me ajuda com as traduções dos resumos dos trabalhos.

## **Resumo**

A fim de promover uma educação antirracista, em consonância com a Lei 10.639/03 e de criar uma proposta pedagógica voltada para a prática docente, a presente pesquisa aborda o uso de fontes históricas, a partir de jornais da imprensa negra do século XIX, que permita contribuir para uma reflexão sobre o tema, com o intuito de reduzir as práticas racistas no contexto escolar. Pretende-se analisar tais periódicos para entender como alguns homens negros livres entendiam a questão racial da época, reivindicando melhores condições de vida e o fim das discriminações raciais. Serão analisados também os conceitos de raça, racismo e educação antirracista. Propõe-se como atividade pedagógica um conjunto de oficinas a ser aplicadas pelo professor em que os alunos façam suas próprias produções de jornais, enfatizando as lutas da população negra.

**Palavras-chave:** Educação antirracista; imprensa negra; Período Regencial; fontes históricas; Lei 10.639/03

## **Abstract**

In order to promote an anti-racist education, in line with Law 10.639/03 and to create a pedagogical proposal aimed at teaching practice, this research addresses the use of historical sources, from newspapers of the black press of the nineteenth century, which allows contributing to a reflection on the subject, in order to reduce racist practices in the school context. It is intended to analyze such periodicals to understand how some free black men understood the racial issue of the time, claiming better living conditions and the end of racial discrimination. The concepts of race, racism and anti-racist education will also be analyzed. As a pedagogical activity, we propose a set of workshops applied by the teacher, in which students produce their own newspapers, emphasizing the struggles of the black population.

**Keywords:** Anti-racist education; black press; Regency Era; historical sources; Law 10.639/03

## **Lista de Abreviações**

**BP – Brasileiro Pardo**

**HC – O Homem de Cor**

**LF – O Lafuente**

**MC – O Meia Cara**

**MHC – O Mulato ou O Homem de Cor**

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 ..... p. 18

Tabela 2 ..... p. 53

## **Lista de Imagens**

- Imagen 1 ..... p. 50
- Imagen 2 ..... p. 54
- Imagen 3 ..... p. 57
- Imagen 4 ..... p. 62
- Imagen 5 ..... p. 63
- Imagen 6 ..... p. 65
- Imagen 7 ..... p. 66

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I: ESTUDOS SOBRE RACISMO: MARCOS LEGAIS E ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	21
1.1 Notas sobre raça, racismo e antirracismo.....	21
1.2 Educação antirracista.....	31
1.3 Os Avanços da Luta Antirracista na Educação: Marcos educacionais.....	36
CAPÍTULO II: A IMPRENSA NEGRA E O CONTEXTO REGENCIAL .....	42
2.1 Contextualizando o período .....	42
2.2 O surgimento da imprensa negra no Brasil .....	46
2.3 Os jornais da imprensa negra .....	52
CAPÍTULO III: TRABALHANDO COM FONTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O USO DE JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA.....	69
3.1 O uso de fontes na Educação Básica .....	69
3.2 A produção de material didático .....	75
Considerações Finais.....	80
Referências Bibliográficas .....	83
Anexo .....	88

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.  
(Bloch, 2001, p. 65.)

## INTRODUÇÃO

Com essa pesquisa, procuro demonstrar e estimular uma forma de antirracismo a partir de pasquins da imprensa negra do século XIX no Brasil. Por meio da criação de jornais, alguns homens negros livres encontraram uma forma de lutar contra as discriminações raciais existentes na sociedade, durante o período em que vigorava a escravidão no país.

O objetivo desse trabalho é criar uma proposta pedagógica com o uso de fontes históricas, utilizando jornais da imprensa negra, que permita contribuir para uma reflexão sobre o tema, com o intuito de reduzir as práticas racistas no contexto social. Para isso, elaborei atividades organizadas em oficinas pedagógicas, para serem aplicadas em sala de aula pelo professor.

A presente pesquisa foi pensada em função de trabalho anterior, que realizei no curso de especialização em Ensino de História da África, do Colégio Pedro II, intitulado *Imprensa negra e proposta de intervenção pedagógica no Ensino Médio: o exemplo do pasquim O Homem de Cor*<sup>1</sup>, em que foi analisado o periódico *O Homem de Cor* e foi desenvolvida uma proposta de atividade pedagógica direcionada ao Ensino Médio. No atual estudo, aprofundei o tema sob outra perspectiva, enfatizando o Ensino de História, desenvolvendo uma prática antirracista e ampliando a quantidade de jornais analisados, visando expandir para a elaboração de um material pedagógico a ser utilizado pelos professores em sua prática docente.

O racismo é um elemento estruturante da sociedade brasileira, no entanto ainda hoje existe a negação de que o Brasil seja um país racista. Apesar disso, nos últimos anos, foram elaborados mecanismos a fim de minimizar e/ou eliminar o racismo e a desigualdade racial, como, por exemplo, a implantação das políticas de ação afirmativa e a criação de leis específicas tais como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Foi necessário reconhecer que existem desigualdades raciais no país, para tentar romper com o mito da democracia racial vigente por muitos anos.

Nesse sentido, o racismo é entendido como um tema sensível, visto que desencadeia emoções. Com isso, algumas pessoas preferem evitar falar sobre ele, mas, para combatê-lo, é necessário discutir o tema, mobilizando os saberes de diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a História e a Psicologia.

---

<sup>1</sup> Trata-se de Trabalho de Conclusão de Curso: RODRIGUES NETO, Pedro Antonio. **Imprensa negra e proposta de intervenção pedagógica no Ensino Médio: o exemplo do pasquim O homem de Cor.** Monografia (Especialização em Ensino de História da África) 2018 – Colégio Pedro II.

Ele se encontra presente também nos espaços escolares, afetando o cotidiano de diversos professores e estudantes. Por isso, devem ser criados mecanismos que desenvolvam o antirracismo nesses lugares, pois tais ações têm a capacidade de produzir efeito, inclusive, fora dos ambientes escolares. É importante entender e divulgar a História da população negra, já que muitos dos problemas existentes na sociedade vêm do passado e poucas pessoas conhecem suas causas. Desse modo, como citado na epígrafe de March Bloch, pode-se concluir que: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001, p. 65). Conhecer a história de homens negros, que já no século XIX, lutavam pela igualdade racial por meio dos pasquins editados no período, pode contribuir para desvendar as marcas do racismo ainda presente em nossa sociedade.

Em algumas ocasiões, em doze anos que atuo no magistério como docente de História na rede pública do Estado do Rio de Janeiro, além de oito anos no Município de Belford Roxo, pude presenciar alguns casos de racismo na minha prática cotidiana em sala de aula. Alguns estudantes, acreditando que estão apenas brincando com os outros colegas, fazem insinuações racistas contra os alunos negros. Eles não reconhecem que esse comportamento traz uma carga de preconceito racial que circula de forma, às vezes, sutil em nosso meio.

Nesse sentido, o Ensino de História é fundamental para a realização de ações antirracistas no cotidiano escolar, pois a História é uma das disciplinas que permite a reflexão sobre as desigualdades sociais e as diversas formas de discriminações em diferentes períodos da nossa história. Assim, cabe ao professor buscar formação e materiais que incentivem seus alunos na aquisição do saber histórico escolar e em particular os saberes referentes ao povo negro.

Com a criação da Lei 10.639/03<sup>2</sup> e a regulamentação do Parecer CNE/CEB 3/2004<sup>3</sup>, conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira passaram a ser obrigatórios no ensino da disciplina e ganharam maior relevância. Assim, a legislação funcionou como uma forma de luta contra o racismo, a partir do reconhecimento de que a nossa sociedade é racista. É significativo identificar as lutas contrárias ao racismo ocorridas em determinados momentos históricos, para que os estudantes possam perceber que isso não pode ser naturalizado e sim combatido. Além

<sup>2</sup> Lei surgida após pressão do movimento negro, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, que alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2008, a ela foi alterada pela Lei 11.645, que incluiu a História Indígena. Optamos por manter a legislação anterior ao longo desse trabalho, por considerá-la um marco nos estudos sobre o tema.

<sup>3</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, relatado por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Instituiu diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e para o estudo de História e cultura afro-brasileira.

disso, é expressivo mostrar também que as conquistas sociais que temos atualmente foram decorrentes de lutas da população negra, custando muitas vezes a vida de diversas pessoas.

No atual cenário, devido aos muitos casos de racismo, o termo antirracismo tornou-se conhecido por parte da sociedade, principalmente, após manifestações contrárias a essa prática. Ou seja, a ideia é que não se deve apenas denunciar o racismo e sim, promover ações antirracistas. Logo, a luta antirracista necessita ser trabalhada e discutida em sala de aula, a fim de que uma parte dos alunos da Educação Básica a conheçam e a coloquem em atividade no seu cotidiano.

Uma forma importante de se praticar o antirracismo na escola e na sociedade é estudar a história de luta dos negros, que tinham como objetivo o reconhecimento de seus direitos, para combaterem as práticas discriminatórias das quais eram vítimas. Tal fato comprova o ativismo negro daquela época, contrariando a forma como a figura do negro costuma ser retratada nas aulas, apresentando-o como um ser passivo, que aceita, sem reclamar, a condição de escravizado. Nesse sentido, Alberti (2013) ressalta que não devem ser enfatizados tais elementos, pois reforçam os estereótipos sobre os negros, mas sim ensinar os temas referentes à História do negro no Brasil positivando suas histórias de luta e resistência.

Para isso, foram usadas, neste trabalho e para a proposta pedagógica, fontes históricas em sala de aula, que evidenciam a produção realizada por negros durante o Período Regencial no Brasil (1831-1840), elaborada por meio de pasquins, que são considerados o início da imprensa negra no país, dentre as diversas fases da imprensa negra no Brasil. Havia, naquele período, um grupo de negros livres, que publicavam manifestações contrárias às práticas discriminatórias existentes na sociedade por parte do governo, faziam denúncias de preconceitos e reivindicavam a participação política. No caso das fontes produzidas por negros, estas tornam-se um elemento potente na luta contra o racismo, pois mostram que durante o período da escravidão havia negros livres e letRADOS na sociedade, lutando por melhores condições de vida. Certamente o contato com esse material poderá indicar a representatividade do negro no período regencial e provavelmente, alunos negros poderão se identificar com o tema de estudo.

Assim, objetivou-se verificar como problema de pesquisa e proposta de atividade pedagógica: Como o uso de fontes produzidas por negros contribui para uma educação antirracista?

Como dimensão pedagógica do trabalho realizado, desenvolvi atividades práticas de ações antirracistas na Educação Básica, por meio de oficinas pedagógicas, utilizando fontes

históricas, utilizando a imprensa negra do século XIX, a fim de contribuir para o Ensino de História.

É importante que o tema da imprensa negra seja conhecido pelos estudantes, bem como pelo público geral, pois mostra um tipo de produção feita por negros e para negros, que eram contrários ao sistema político-social vigente que os oprimia, reivindicando melhores condições de vida. Nessas publicações, os negros procuravam enfatizar a questão racial, por meio da cor, presentes nos títulos dos jornais, como se verá adiante.

Pode-se perceber, então, que, no período em foco, havia um grupo de intelectuais negros que estava excluído da participação política, lutando por melhores condições de vida e contra as discriminações sofridas, já que a Constituição de 1824<sup>4</sup> concedia direitos políticos aos negros livres, o que não era respeitado pelo Governo.

Uma justificativa para a pesquisa foi o reconhecimento da presença do racismo na sociedade e na escola. Assim, é fundamental elaborar práticas que possam eliminá-lo ou reduzi-lo, visto que os alunos passam muitos anos na escola e que o conhecimento adquirido nela é importante para a coletividade. No contexto das escolas públicas, para o qual esse trabalho foi pensado, há uma grande diversidade de alunos, em que uma parcela significativa é negra. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p. 6).

Devido à presença do racismo nos espaços escolares do país, esse é um lugar favorável para a discussão desses temas. Para Alberti (2013, p. 26), “o racismo é um problema de todos e envolve toda a sociedade. Por isso mesmo deve preocupar imensamente os educadores”. Logo, a superação do racismo também precisa passar pela escola.

A escola pode, portanto, proporcionar instrumentos de combate ao racismo e ao preconceito racial vigente neste espaço. De acordo com Munanga (2015), a educação e a socialização enfatizam a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Dessa forma, o aprendizado proporcionado pela escola contribui para

---

<sup>4</sup> De acordo com a Constituição de 1824: Inciso I, do artigo 6: São cidadãos brasileiros “Os que no Brasil tiverem nascidos, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”.

a superação do racismo. Para isso é necessário que exista o comprometimento das instituições, promovendo ações diretas de combate ao racismo no interior desses espaços.

Para o Ensino de História, o recorte temporal abordado nesse estudo é importante, devido ao fato de o Período Regencial ser pouco valorizado. Normalmente, ele é retratado nas aulas de História por nós, professores, como sendo um simples período de transição decorrente da abdicação de D. Pedro I, enfatizando-se os inúmeros problemas político-sociais, tais como, as revoltas provinciais, que ameaçaram a unidade territorial do Brasil. Mas, ao contrário, esse foi um contexto de intensa mobilização política, motivada pelas disputas entre os grupos políticos, em que a população ia constantemente às ruas (MOREL, 2003). Esse também foi o momento de surgimento da imprensa negra, contribuindo para o debate das questões raciais no país.

De acordo com Morel (2003), essa fase foi de suma importância para a formação da nação brasileira, garantindo a consolidação da independência e a constituição de uma ordem nacional, ao custo de muitas vidas e despesas. Esse momento também foi essencial, conforme Lima (2003), para a discussão sobre a construção da identidade nacional brasileira. Essa construção foi de extrema importância também para a população negra livre que reivindicava direitos políticos.

Tal proposta de pesquisa é do mesmo modo relevante devido ao uso de fontes históricas em sala de aula. Utilizar documentos no ambiente escolar, consoante Bittencourt (2008), pode ser proveitoso por favorecer a introdução do aluno no pensamento histórico. O uso de fontes em sala tem o potencial de contribuir para o Ensino de História, a fim de que os estudantes possam se interessar pelos conteúdos e torná-los significativos em suas experiências.

Assim, a utilização de fontes se justifica por possibilitar a inserção dos estudantes no método de análise de documentos e produção do conhecimento histórico e pelo fato de a imprensa negra ter sido uma forma de publicizar a luta dos homens negros livres. No caso da imprensa negra do século XIX, o material é importante para as aulas da disciplina, pois permite fazer uma discussão sobre o racismo naquele período e no atual momento, contextualizando o termo sem, contudo, promover anacronismos.

A escolha de um jornal como instrumento de pesquisa, conforme Santos (2019), justifica-se também por entender a imprensa como um mecanismo de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Assim, percebe-se que a imprensa negra tinha a finalidade de defender os interesses da população negra livre na sociedade oitocentista.

Torna-se imperioso, portanto, que os alunos tenham conhecimento dessas ideias e que tenham contato diretamente com o material produzido, por meio de fontes históricas – um dos

elementos essenciais para o fazer histórico – no espaço escolar para conhecer as reivindicações dos negros. Para esta pesquisa e para o uso em sala de aula, foram analisados os jornais da imprensa negra produzidos no Rio de Janeiro, no ano de 1833, a saber: *O Mulato ou O Homem de Cor, Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Meia Cara e O Lafuente*.

Tal tema faz parte do conteúdo disciplinar do oitavo ano do Ensino Fundamental e segunda série do Ensino Médio. Espera-se, portanto, que o discente possa compreender a luta realizada pelos negros, reivindicando o protagonismo na sociedade.

A participação de negros publicando jornais, portanto, permite apresentar um assunto importante a ser trabalhado em sala de aula, a fim de mostrar aos alunos como a sociedade e o governo tratavam a população afrodescendente livre, durante o período da escravização de pessoas, deixando-os à margem da sociedade e como esses sujeitos encontraram estratégias de superação.

Assim, por meio desse estudo é possível desenvolver uma prática antirracista na educação brasileira e valorizar um elemento histórico-social importante ocorrido no século XIX, em consonância com a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-raciais.

Observamos que o tema tem sido pouco abordado pela historiografia na atualidade, inclusive nas pesquisas recentes realizadas no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), como mostra a pesquisa bibliográfica descrita abaixo.

A fim de identificar os temas estudados pelos professores-pesquisadores, realizei um levantamento no portal do ProfHistória<sup>5</sup> para verificar se há lacunas na produção sobre esse tema. A escolha por esse portal, deveu-se ao fato de valorizar o Ensino de História, utilizando práticas pedagógicas diversas, além de permitir traçar um panorama sobre as pesquisas realizadas no próprio Programa.

Em levantamento realizado no portal do Programa de Mestrado em Ensino de História, verifiquei que no período compreendido entre 2014 e 2019, foram defendidas 213 dissertações. Realizei uma busca por diversas palavras-chaves relacionados ao meu tema, foram elas: antirracismo, Lei 10.639, Lei 11.645, afro-brasileira, afrodescendentes, negro (a), imprensa, jornal, relações étnico-raciais (étnicorraciais), raça, jornal e fontes. Os resultados encontrados foram os seguintes:

---

<sup>5</sup> <https://profhistoria.ufrj.br/>, consultado em 13/11/2019.

**Tabela 1:** pesquisas do Profhistória

<b>Palavras-chave</b>	<b>Resultados</b>
Antirracismo	1
Afro-brasileira	3
Afrodescendentes	1
Negro	2
Negra	3
Imprensa	1
Jornal	1
Fontes	8
Lei 10.639	5
Lei 11.645	5
Racismo	3
Regência	1
Relações étnico-raciais (étnicorraciais)	19

Fonte: Portal do ProfHistória: [www.profhistoria.ufrj.br](http://www.profhistoria.ufrj.br)

Encontrei apenas um estudo que trabalha com o tema relacionado ao antirracismo: Santana (2018), *Pan-Africanismo, descolonização das nações africanas e o ensino de História*, referindo-se ao uso do tema pan-africanismo e ao processo de descolonização africana no Ensino de História, em que procura valorizar a África contemporânea, abordando outro tema que não o meu estudo. Sobre o Período Regencial, foi encontrado somente um estudo: Santos (2018), *As Representações da Cabanagem no Livro Didático: Uso da imagética no Ensino de História*, em que o pesquisador analisa o movimento da Cabanagem nos livros didáticos. A maioria das pesquisas encontradas estavam relacionadas às relações étnico-raciais (também grafado étnicorraciais); foram localizadas 19 pesquisas, mas nenhuma tratava da imprensa negra no Período Regencial.

Vale destacar que alguns dos resultados encontrados podem aparecer mais de uma vez, visto que há várias palavras-chave para a mesma pesquisa. Além disso, nem todas estão relacionadas ao meu tema, por envolverem outras abordagens e outros períodos. Com base nos dados obtidos, constatei que não foram realizados estudos sobre o assunto considerado, tampouco o desenvolvimento de práticas antirracistas utilizando a imprensa negra do Período Regencial, articulando-o ao Ensino de História. Sendo assim, tal pesquisa ganha relevância, na medida em que há uma lacuna considerável sobre o tema tratado aqui, pelo menos no que se refere ao ensino da disciplina, proporcionando uma contribuição para o debate sobre o assunto.

Com o objetivo de compreender a imprensa negra do século XIX, realizei também uma busca a publicações (livros, artigos, dissertações e teses) na internet, no site Google Acadêmico,

associadas ao meu assunto. Entre os materiais publicados disponíveis há referências na obra de Mattos (2004), *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*, ao periódico *O Mulato ou O Homem de Cor*. Nela a historiadora destaca os pasquins surgidos no Rio de Janeiro na luta pela igualdade de direitos entre os cidadãos (MATTOS, 2004). Ainda nesse site, há alguns artigos sobre a imprensa negra, entre eles: Lima (1998) e Azevedo (2005). A primeira autora analisa o surgimento da imprensa como uma afirmação da identidade racial ocorrida durante o Período Regencial. Já no outro artigo, a autora aborda o surgimento da imprensa negra relacionando-a à ideia do surgimento do antirracismo nos anos 1830.

Uma pesquisa bem elaborada sobre a imprensa negra do Período Regencial, identificada nesse levantamento e utilizado nessa pesquisa e no meu trabalho anterior, foi desenvolvida pela historiadora e jornalista negra Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), *De pele escura e tinta preta: A Imprensa Negra do Século XIX (1833-1889)*. Em sua dissertação, a autora trabalha com o surgimento da imprensa negra no país e os pasquins produzidos entre 1833 e 1889 em vários estados do Brasil. Ela destaca o papel dos pasquins do século XIX na luta por direitos e no combate ao preconceito de cor.

Foram encontradas ainda obras gerais sobre o surgimento da imprensa no Brasil. Uma delas é a obra de Nelson Werneck Sodré, *A História da Imprensa no Brasil* (1977), em que são estudados os pasquins no país, inclusive os da imprensa negra. E ainda Marco Morel e Mariana Barros, na obra *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX* (2003), em que os autores analisam o surgimento da opinião pública e os principais periódicos ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil.

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, percebe-se que a imprensa negra do século XIX e o Período Regencial são assuntos pouco estudados pela historiografia, pois a maior parte das pesquisas examina a imprensa negra surgida em São Paulo, no século XX. Ainda assim, tais obras apresentam contribuições sobre o funcionamento da imprensa negra do século XIX no Brasil.

Assim, procurei desenvolver uma pesquisa que articulasse o tema em análise entre teoria, pesquisa e Ensino de História, visando a uma contribuição sobre o assunto. Essa proposta pretende utilizar os conceitos presentes nos pasquins da imprensa negra e utilizá-los como fonte de pesquisa e ensino em sala de aula, a fim de que os alunos tenham contato com documentos produzidos no século XIX.

Com esse estudo, organizado em três capítulos, procurei atender também aos aspectos destacados pela Lei 10.639/03, valorizando elementos da história e da cultura afro-brasileira em sala de aula, tema que ainda é pouco abordado após dezenove anos da implementação da

lei. No primeiro capítulo foram apresentados e discutidos os conceitos de raça, racismo e antirracismo. Foi abordado ainda nesse capítulo o tema sobre educação antirracista, seus benefícios e os marcos legais que regulamentam esse tipo de educação e os aspectos da luta antirracista.

Inicialmente, no segundo capítulo, procurei destacar o contexto histórico do Período Regencial, a fim de compreender o surgimento da imprensa negra no país. Em seguida, analisei os jornais da imprensa negra, ao realizar uma breve leitura das fontes destacadas, problematizando sua produção e seu conteúdo, a fim de ser usada posteriormente no trabalho em sala de aula. Os pasquins consultados foram: *O Mulato ou O Homem de Cor, O Meia Cara, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*.

A partir dos documentos e das concepções defendidas pelos autores consultados, foi elaborado, no capítulo três, um material pedagógico, formado por um conjunto de oficinas para ser aplicado pelo professor, utilizando os jornais da imprensa negra, em que os alunos tenham contato com os jornais da época a fim de produzirem novos materiais. Procuro apresentar nesse capítulo, também, uma discussão sobre o uso de fontes históricas em sala de aula, como forma de promover o Ensino de História, a fim de que os alunos possam compreender melhor o acesso ao conhecimento da história facilitando o tema de estudo da história dos negros no Brasil promovendo dessa forma uma educação antirracista.

## CAPÍTULO I: ESTUDOS SOBRE RACISMO: MARCOS LEGAIS E ASPECTOS EDUCACIONAIS

O conceito de racismo possui uma história, construída a partir de sua definição no século XIX, porém a população negra e afrodescendente era vítima de práticas discriminatórias antes mesmo da elaboração desse conceito, conforme buscarei mostrar na pesquisa, por meio do exemplo dos pasquins. Após sua construção ideológica, tal ideia passou a ser difundida em vários espaços da sociedade. Em sequência, surgiram estudos procurando entender o tema e igualmente como superá-lo. Tal noção foi construída a partir da criação da concepção de raça, utilizada para dividir e classificar os indivíduos, baseando-se, principalmente, na cor da pele, por meio do fenótipo das pessoas.

A fim de superar o racismo, foi desenvolvida a ideia de antirracismo, fruto das lutas de movimentos sociais negros e de grupos organizados que pretendiam buscar formas de integrar os negros à sociedade, visando reduzir as desigualdades raciais existentes.

Um dos impactos decorrentes da luta antirracista, no Brasil, foi a criação da Lei 10.639/03, que incluiu o Ensino de História e cultura afro-brasileira no currículo escolar, além do surgimento de outros mecanismos legais, que serão apresentados e discutidos neste capítulo.

Assim sendo, nesta parte, serão apresentadas algumas concepções teóricas, oriundas dos estudos multidisciplinares, de raça e racismo, além de se definir o conceito de antirracismo. Como decorrência desses estudos, apresentarei ainda a ideia de educação antirracista e os benefícios de uma educação plural para a sociedade. Serão apresentados também alguns elementos relevantes da luta antirracista no país.

Tais concepções são importantes para o estudo do tema em questão, pois é preciso compreender como a sociedade do século XIX entendia as discriminações sofridas, a fim de não cairmos no erro de cometer anacronismo. Com isso, é preciso compreender a produção de um conceito ou de sentidos como construção histórica e linguística cujo significado muda conforme o tempo (HALL, 2016).

### 1.1 Notas sobre raça, racismo e antirracismo

As elites dominantes de vários países sempre buscaram formas de se perpetuar no poder, alijando os demais grupos, considerados subalternos. Uma das maneiras encontradas foi dividir as pessoas utilizando o conceito de raça, em que existia um grupo superior e outro inferior. A partir daí, a questão racial, por meio da cor dos indivíduos, divididos entre brancos e não-brancos, foi um dos elementos usados para subjugar a classe dominada.

A ideia de raça surgiu na modernidade, no século XVI, sendo utilizada, segundo Schucman (2010), como uma justificativa ideológica para a escravização dos povos africanos, a colonização, a expansão do capitalismo e o extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, que, de acordo com a autora, ocasionou a hierarquização dos povos europeus em relação às demais populações.

Nessa linha, a criação do conceito de raça representou, para Almeida (2019), um mecanismo do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. Após a criação da noção de raça surgiram, no século XVIII, as teorias deterministas raciais, atingindo o auge na segunda metade do século XIX, contribuindo para a disseminação da prática do racismo.

Recentemente, o conceito social de raça ganhou novos significados em estudos acadêmicos, sendo utilizado também por movimentos sociais. Isso ocorreu, segundo alguns pensadores, como Almeida (2019), devido à importância do conceito de raça na história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Para o autor, tal conceito não é fixo, é relacional e histórico, que varia de acordo com o tempo e o lugar.

O conceito de raça também é entendido como uma construção histórica e social, para Schwarcz (2012), sendo uma matéria-prima para o discurso das nacionalidades na formação dos Estados. Nas palavras da autora:

raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas (SCHWARCZ, 2012, p. 34).

A citação acima é elucidativa, pois percebemos como funciona o conceito de raça, constituindo-se como uma representação que varia ao longo do tempo e que tem como objetivo classificar as pessoas por meio da diferença. Além disso, na construção dos Estados Nacionais, utilizou-se também as questões raciais como elemento formador, como ocorreu no caso do Brasil com os grupos afrodescendentes e indígenas, por exemplo.

Tal fato é apontado pela autora, porque o conceito de raça surgiu inicialmente na Biologia, porém, nesse contexto, não há um caráter biológico, mas passou a ter um uso social.

Antes de ser usada pela Biologia, o termo, segundo Schwarcz (2012), significava “grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum, não indicando uma reflexão da ordem natural” (SCHWARCZ, 2012, p. 20). O uso social da ideia de raça foi definido inicialmente pelo sociólogo Michael Banton.

O termo raça começou a ser utilizado primeiramente na literatura, no início do século XIX, por Georges Cuvier (SCHWARCZ, 1993), inaugurando a existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Tal conceito, que surgiu na Europa e nos Estados Unidos, defende a tese da superioridade da raça branca sobre as demais.

Nesse sentido, Guimarães (2009) considera importante o estudo das raças, pois, de acordo com o sociólogo, elas são definidas como “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (GUIMARÃES, 2009, p. 67). Com isso, de acordo com o autor, as raças fazem parte do mundo social, sendo uma forma de identificar e classificar as pessoas que orientam as ações humanas, e é a partir do uso social da raça que o racismo é praticado e combatido.

O objetivo do uso da categoria raça, que produz os discursos racistas, consoante Schucman (2010), é baseado na ideia produzida pela ciência nos séculos XIX e XX, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, que têm características fenotípicas comuns.

A noção de estudos de raça é chamada por Appiah (1997) de *racialismo*, que é um pressuposto de doutrinas

que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça (APPIAH, 1997, p. 33).

Para o autor, o racialismo está no âmago das tentativas do século XIX para desenvolver uma ciência da diferença racial. Essa ideia não está diretamente relacionada ao racismo, mas trata-se de um conjunto de teorias de que a espécie humana está dividida em raças.

No Brasil, a ideia de raça chegou a partir de 1870, sendo divulgada ao longo do século XX por pensadores ligados à diversas instituições como museus etnográficos, faculdades de Direito e Medicina e os Institutos Históricos e Geográficos. Ainda nesse momento, foram igualmente divulgados no Brasil os conceitos de liberalismo, positivismo e Darwinismo social (SCHWARCZ, 1993).

De acordo com Schwarcz (1993), no Brasil fez-se um uso inusitado da teoria original de raça, no século XIX, pois utilizou-se a combinação entre a interpretação darwinista social e a perspectiva evolucionista e monogenista. Nas palavras da autora: “O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça” (SCHWARCZ, p. 85). Esse uso serviu para definir posteriormente a proposta de embranquecimento no século XX, em que a população desejada era de maioria branca.

É importante estudar tal conceito, pois ele está diretamente relacionado ao conceito de racismo. De acordo com Guimarães (2009), uma pessoa possui cor e é classificada num grupo, se possuir uma ideologia em que a cor tenha significado particular. Assim, o conceito social de raça é entendido como relacional, pois deve ser considerado o contexto social em que está inserido, ganhando relevância nos estudos sobre o tema.

Nesse sentido, vale destacar, segundo Kilomba (2019), que a diferença entre as pessoas é construída pela norma branca, em que a branquitude é utilizada como referência a partir da qual todos os outros grupos de pessoas diferem. Ou seja, nesse caso, a pessoa é vista como diferente, em função de sua origem racial.

Sobre a noção de diferença, é importante destacar que existe uma conexão entre os conceitos de identidade e diferença. Tais concepções são construídas, conforme Silva (2014), no contexto de relações culturais e sociais. A identidade representa aquilo que uma pessoa é, enquanto a diferença, aquilo que o outro é. Em ambos os casos, há a dependência com relações de poder para definir a identidade e marcar a diferença. Para o autor, fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças.

No caso da identidade negra, consoante Gomes (2015), esta é construída gradativamente, num movimento que envolve diversas variáveis, causas e efeitos. Ela é entendida, segundo a autora, como sendo uma construção social, histórica, cultural e plural. Envolve a construção do olhar de um grupo étnico-racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Nesse sentido, a construção desse tipo de identidade é uma forma positiva de valorizar a cultura negra.

Devido às lutas contra o racismo, a noção de raça passou a ser utilizada também em oposição direta ao próprio conceito de racismo. Nesse sentido, Guimarães (2012, p. 50), afirma que “a raça é uma categoria política importante, pois, por meio dela, pode-se organizar a resistência ao racismo no Brasil; por ser uma categoria analítica que revela as discriminações e desigualdades que a noção de ‘cor’ ocasiona são raciais e não de classe”. O autor afirma ainda

que as pessoas são discriminadas pelo conceito de raça, portanto, esse deve ser usado também para lutar contra o racismo. Em suma, na prática do racismo e na luta contra ele, o conceito de raça é utilizado, mas no segundo caso de maneira ressignificada, o conceito vem sendo valorizado pelos movimentos sociais.

Dessa forma, a fim de que houvesse uma valorização da figura do negro, a noção de raça foi ressignificada, a partir da histórica luta do Movimento Negro<sup>6</sup>. Esse termo foi utilizado ainda, consoante Schucman (2010), para a implementação de políticas públicas e para o reconhecimento positivo da população negra brasileira, visto que esta é discriminada por meio da categoria raça. Além disso, o Movimento Negro, de acordo com Gomes (2017), buscava, entre seus objetivos, superar as desigualdades raciais, ressignificando e politizando a raça na construção de uma identidade étnico-racial.

Outras atuações desenvolvidas pelo Movimento Negro contemporâneo, surgido na década de 1970, conforme Pereira (2010), foram o combate à discriminação racial e a denúncia do mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que buscava a afirmação de uma identidade negra positivada.

O conceito de raça, segundo Schucman (2010), é do mesmo modo utilizado para entender a noção de antirracismo, pois é uma categoria necessária para essa luta, já que a população negra sofre o racismo baseado no conceito social de raça. Portanto, nas palavras da autora,

se os negros brasileiros são discriminados por seus traços físicos e pela cor da pele, deve-se pensar em uma articulação política em torno da negritude de forma que as mesmas características, que são hoje objeto de preconceito, sejam ressignificadas positivamente e também fonte de reparação social. (SCHUCMAN, 2010, p. 49).

Assim, a partir da construção ideológica do conceito de raça, houve a fundamentação para o surgimento da noção de racismo e para a luta antirracista, visto que a reação contra o racismo também se fundamentou na noção de raça.

A ideia de racismo surgiu, de acordo com Schucman (2010), a partir do século XVI, com a sistematização de ideias e valores construídos pela sociedade europeia, após o contato com povos de outros continentes. Mas sua fundamentação teórica aconteceu apenas no século XIX, após o surgimento de ideias científicas em torno do conceito de raça, quando ocorreu a

<sup>6</sup> O movimento negro é definido por Gomes (2017, p. 23) como as diversas formas de organização e articulação dos negros e das negras politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse fenômeno na sociedade. Segundo Pereira (2010), é um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Ele possui uma “formação complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra” (PEREIRA, 2010, p. 27).

dominação imperialista em países da África e da Ásia, usado para justificar a exploração colonialista.

No caso do Brasil, o racismo foi um dos elementos constituintes que formaram a sociedade, em que a população negra foi afastada das decisões de poder e que houve o incentivo à imigração de pessoas brancas do continente europeu, impedindo a entrada de indivíduos do continente africano. Logo, é necessário compreender melhor esse conceito e suas consequências. Nesta pesquisa, priorizou-se a concepção de Guimarães (2009) sobre o racismo. De acordo com o autor, esse conceito envolve três dimensões: uma concepção de raças biológicas, uma atitude moral em tratar membros de diferentes raças e, por último, uma posição estrutural de desigualdade social entre as raças. Segundo o sociólogo, o racismo se perpetua:

por meio de restrições fatais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 2009, p. 59).

Assim, o importante a destacar é que o racismo se manifesta por meio da classificação que é feita com base no uso do conceito social de raça, sendo uma forma de classificar e identificar as ações humanas, em que as pessoas são rotuladas devido à sua cor.

Outra concepção importante de racismo, definida por Kilomba (2019), envolve três características. Segundo a autora, no racismo, há a construção da diferença; tais diferenças estão ligadas a valores hierárquicos; e, por último, ambos os processos estão acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. A psicóloga conclui que o racismo funciona para legitimar e justificar a exclusão de “outras/os” raciais de certos direitos. Ainda segundo a autora, a definição de racismo é a supremacia branca, em que outros grupos raciais não podem praticar o racismo, porque não possuem esse poder.

O conceito de racismo é definido, consoante Schucman (2010), como sendo:

qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

Em suma, as concepções de racismo apresentadas mostram que uma diferença entre as pessoas é estabelecida criando uma hierarquia entre os grupos sociais, por meio da imposição da ideia de raça à sociedade, o que gera as distinções em relação aos negros.

A educadora e ativista negra, Nilma Gomes (2005), amplia a definição de racismo. Nas palavras dela:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52).

Portanto, o racismo compreende também uma ação moral das pessoas que buscam inferiorizar as outras, devido aos aspectos fenotípicos.

Nessa linha, para o advogado e filósofo Silvio Almeida (2019), o racismo é entendido como sendo:

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Ainda de acordo com Almeida (2019), o racismo possui três concepções: individualista, institucional e estrutural. Elas envolvem a relação entre racismo e subjetividade, racismo e Estado e racismo e economia, respectivamente. É importante destacar a relação entre racismo e instituição, pois a escola é um dos lugares onde o racismo pode ser disseminado.

Logo, para o autor, o racismo é considerado estrutural, porque é decorrente da própria estrutura social que é formada pelas relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares. O racismo é um processo histórico e político que cria as condições sociais para que, direta, ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática, como é o caso do Brasil.

A análise do racismo no Brasil, segundo Guimarães (2009), deve levar em conta três processos históricos: o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual, o intercruzamento discursivo e ideológico da ideia de raça com outros conceitos de hierarquia como classe, status e gênero, e as transformações da ordem socioeconômica e seus efeitos regionais.

A noção de racismo sofreu uma ampliação ocorrida a partir do século XX. O termo passou a ser utilizado, nos termos de Marcon (2015):

como definição corrente e jurídica para nomear as diferentes formas de desprezo, de ódio ou de inferiorização contra pessoas e grupos étnicos, regionais, nacionais ou culturais específicos, com base em argumentos de hierarquização deterministas e ou substancialistas (MARCON, 2015, p. 63).

No caso brasileiro, o racismo teve uma particularidade, pois permaneceu por muitos anos sendo negado. Para Schucman (2010), o racismo no país desenvolveu-se de modo peculiar, porque nunca foi legitimado pelo Estado, criando leis segregacionistas, como o *apartheid*. Porém esteve presente nas práticas sociais e nos discursos, sendo um racismo de atitudes, não reconhecido pelo sistema jurídico. O caso da negação do racismo é explicado, por Kilomba (2019), como sendo uma forma de manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial, como aconteceu no Brasil.

No Brasil, o racismo teve uma especificidade, por ser, segundo Schwarcz (2012), um racismo silencioso, que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis e que se lança para o terreno do privado, pois não é regulado pela lei e não é afirmado publicamente. Nessa linha, para Gomes (2017), o racismo no Brasil construiu-se de forma ambígua, porque afirma-se a partir de sua própria negação, estando estruturado na sociedade.

Uma outra característica peculiar do racismo brasileiro é apontada por Guimarães (2009). Segundo o autor, durante a formação do país, a nacionalidade brasileira foi composta por indivíduos heterogêneos, em termos étnicos, de todas as partes do mundo, mas apenas o grupo branco foi privilegiado. Com isso, de acordo com o sociólogo, o racismo brasileiro é:

sem cara. Travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como antirracismo, e negando, como antinacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro. Para este racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o americano). (GUIMARÃES, 2009, p. 60).

Tal fato aconteceu, porque, por muitos anos, no Brasil, o chamado mito da democracia racial, afirmou que as três raças formadoras do país, branca, negra e indígena, conviveram pacificamente. Porém, isso não ocorreu, haja vista os diversos casos de racismos sofridos pela população negra. A disseminação do mito da democracia racial na sociedade brasileira dificultou a criação de políticas afirmativas se constituindo muitas vezes como justificativa para o impedimento da implementação de tais políticas.

O mito da democracia racial pode ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil, em que existiria, entre estes dois grupos raciais, uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, segundo Gomes (2005), de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

O racismo brasileiro, de acordo com Guimarães (2009), foi fruto da importação de teorias racistas europeias que excluiu o caráter inato das diferenças raciais e reforçou, segundo suas teorias, a degenerescência oriunda da mistura racial. Na construção da nação brasileira, o negro, sofreu um processo de apagamento; um caso exemplar, que reforça a argumentação do autor citado, foi a implementação de políticas de imigração desenvolvidas pelo estado brasileiro, no século XIX, que incentivava a entrada de imigrantes brancos europeus e proibia a imigração de pessoas de países do continente africano.

O reconhecimento da existência do racismo, por parte do Estado brasileiro, aconteceu tardiamente em 1996, conforme Oliveira (2012), quando o Movimento Negro entregou um manifesto ao então presidente, Fernando Henrique Cardoso. Tal atitude foi importante, pois permitiu posteriormente a criação de leis e políticas de ação afirmativas que beneficiaram muitos negros. Houve, naquele momento, segundo Gomes (2017), o comprometimento do governo para a construção de medidas para a superação do racismo. Apesar de o Estado brasileiro não ter resolvido o problema do racismo, esse reconhecimento foi importante, pois foi o primeiro passo para romper com a ideia vigente do mito da democracia racial presente no país, permitindo criar algumas medidas para superar o racismo na sociedade. Esse fato faz parte do contexto da luta antirracista, promovida pelo Movimento Negro no país desde a sua fundação.

Outro momento importante da luta antirracista para o reconhecimento das desigualdades raciais ocorreu durante a preparação para a Conferência contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e a Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na cidade de Durban, África do Sul, em 2001. Foram realizados fóruns em que foi elaborado um documento sobre os efeitos do racismo no Brasil. Um dos itens exigidos foi a introdução dos estudos de História da África e História do Negro nos currículos escolares brasileiros. No momento em que o Estado brasileiro se tornou signatário da Conferência de Durban, de acordo com Gomes (2017), houve o reconhecimento internacional da existência do racismo no país.

Recentemente, devido aos muitos casos de racismo, houve a criação do movimento **Vidas Negras Importam**<sup>7</sup>, impulsionado pelas redes sociais, que ganhou as ruas de vários países do mundo, principalmente, após o assassinato do negro norte-americano George Floyd. Aqui no Brasil, também houve diversas manifestações em função do assassinato da vereadora Marielle Franco e de muitos outros negros, nas quais a luta antirracista foi retomada e o termo

---

<sup>7</sup> Movimento criado nos Estados Unidos em 2013 após o assassinato do adolescente de 17 anos Trayvon Martin por um vigilante na Flórida. Ver: [www.blacklivesmatter.com](http://www.blacklivesmatter.com). Acesso em 11/06/2021.

antirracismo passou a fazer parte do cotidiano da sociedade. Tais movimentos contribuíram para que mais pessoas conhecessem a luta antirracista e que a colocassem em prática na sociedade.

Um passo importante na luta contra o racismo no país foi a criação de leis que punissem os autores de práticas racistas contra a população negra. Em 1951, foi criada a Lei Afonso Arinos (Lei 1.390/51) que instituía o preconceito de raça ou cor como contravenção penal. Em 1985, essa lei foi ampliada pela Lei Caó (Lei nº 7.437/85) que considerava, como contravenção, não apenas a discriminação por raça ou cor, mas também sexo ou estado civil.

O racismo, lamentavelmente, está presente na sociedade, sendo, portanto, necessário criar ações antirracistas, objetivando combatê-lo. Assim, é preciso entender a ideia de antirracismo, sua origem e seus benefícios.

A concepção de antirracismo, de acordo com o antropólogo Marcon (2015), surgiu há cerca de sessenta anos para manifestar uma oposição ao sentido ou às práticas racistas. Nos termos do autor:

O antirracismo é um vocábulo utilizado para contestar as correntes de pensamento científico e social denominadas de racistas, bem como as políticas sociais, estatais ou não, e as práticas e ideias que defendem a segregação social, privilégios ou a superioridade de algum grupo social sobre o outro. (MARCON, 2015, p. 63).

Assim, observa-se que o antirracismo é um conceito antigo, que surgiu em oposição às teorias científicas raciais, visando acabar com o pensamento racista existente na sociedade.

O antirracismo, segundo Marcon (2015, p. 63), objetiva lutar contra a “segregação social, privilégios ou a superioridade de algum grupo social sobre o outro”. Nessa linha, o antropólogo conclui que o antirracismo pode ser considerado um modo de denominar diferentes estilos de combate ou de oposição ao racismo

O antirracismo no Brasil é utilizado pelos grupos afro-brasileiros, consoante Guimarães (2009), como o reconhecimento dos negros sobre a sua raça. Segundo o autor:

Apenas para os afro-brasileiros, para aqueles que se chamam assim mesmo de ‘negros’, o antirracismo deve significar, antes de tudo admissão de sua ‘raça’, isto é, a percepção racializada de si mesmo e do outro. Trata-se da reconstrução da negritude a partir da rica herança africana – a cultura afro-brasileira do candomblé, da capoeira, dos afoxés, etc. –, mas também da apropriação do legado cultural e político do ‘Atlântico negro’. (GUIMARÃES, 2009, p. 61)

Nesse sentido, o antirracismo pode ser entendido como a luta dos negros contra o racismo existente na sociedade, a partir do uso do conceito de raça, fazendo uma autoafirmação dessa ideia, de modo que, uma concepção considerada negativa passou a ser positiva. O autor supracitado considera ainda que a luta mundial contra o racismo ocorreu a partir do Movimento

pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, da renascença cultural caribenha, da luta contra o *apartheid* na África do Sul, envolvendo uma lógica universal que negava a presença de diferenças entre os seres humanos.

As posições antirracistas, para Marcon (2015), defendem duas posturas: por um lado busca negar os pressupostos sobre a raça, de que é um dado natural e irrefutável, em alguns casos, entendendo a raça como socialmente construída pelo pensamento social e por isto defendendo políticas de tolerância, respeito ao outro e igualdade de direitos e oportunidades entre os grupos entendidos socialmente como diferentes. Por outro lado, defendem a não validade e a anulação do vocábulo raça para qualquer discussão sobre o social.

No caso brasileiro, o antirracismo é apontado, por Azevedo (2005), tendo surgido na década de 1830, a partir do momento em que uma primeira geração de brasileiros negros ilustrados denunciava o preconceito de cor em jornais específicos, reivindicando os direitos de cidadania. Naquele período, a luta antirracista da população negra livre visava ocupar um espaço político na sociedade. Foram esses os jornais apresentados nesta pesquisa e nas propostas didáticas que servirão como sugestões de trabalho para serem aplicados em sala de aula.

O importante a destacar é que os conceitos de raça, racismo e antirracismo estão interligados, conforme procurei demonstrar ao longo deste capítulo e que sua superação precisa passar também pelo conceito social de raça, que foi ressignificado, assumindo um sentido de luta política dado pelo Movimento Negro. Sendo assim, a partir da definição do conceito de raça, foi sendo construído também o conceito de racismo e, com base nesse pressuposto emergiu a luta antirracista, reivindicando o fim das discriminações e a inserção do negro na sociedade.

Em suma, a concepção de racismo deve ser eliminada, tal como defendido pelo antirracismo. Por isso, é essencial a elaboração de práticas educacionais, pois o conhecimento sobre o racismo e sobre as ações racistas enraizadas na sociedade são essenciais para mudar as noções acerca do racismo, como se discutirá a seguir.

## **1.2 Educação antirracista**

A educação antirracista é uma ação que visa contrapor o racismo, valorizando, ao mesmo tempo, a cultura africana e afro-brasileira. Isso acontece, porque a educação possui o

poder de apontar as formas de racismo, que estão enraizadas na sociedade e de buscar meios de como evitá-las. Nesse sentido, diversas práticas podem ser promovidas a fim de que haja a superação do racismo no contexto social.

Observa-se que as escolas, principalmente as públicas, apresentam uma grande quantidade de alunos negros. Devido a essa diversidade racial de discentes nas salas de aula, faz-se fundamental desenvolver o antirracismo. Para que isso ocorra, a escola e o professor são elementos importantes nesse processo. De acordo com Cavalleiro, “a educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais” (CAVALLEIRO, 2001, p. 149).

Nesse sentido, Petronilha Silva (2011) afirma que o professor não pode fazer vista grossa para as relações étnico-raciais que fazem parte da sociedade. Para a autora, a tarefa não é fácil, principalmente em uma sociedade multiétnica e pluricultural como a brasileira.

A discussão sobre educação antirracista é imprescindível, já que, por muito tempo, houve o silenciamento do racismo, na sociedade e nos espaços escolares, enfrentado pela população negra. Nos termos de Cavalleiro:

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. (CAVALLEIRO, 2005, p. 11)

Nesse sentido, a reflexão sobre a educação torna-se fundamental, pois, como salienta Gomes (2017), é um direito social que foi conquistado pelos grupos não hegemônicos no Brasil. A partir dessa conquista, é preciso pensar em formas de inclusão da temática sobre o negro no currículo, a fim de valorizar a história da população negra no país. Um marco significativo para a inclusão da História afro-brasileira foi a criação da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96, sendo posteriormente alterada pela Lei 11.645/08, que incluiu também a história dos grupos indígenas.

Ao analisar a atuação do Movimento Negro na educação, Domingues (2009) divide-a em três fases em consonância com os seguintes marcos temporais: primeira fase (1889 – 1937); segunda fase (1937 – 1978); terceira fase (1978 – 2003). Na primeira fase, surgida no pós-abolição, os negros estavam afastados do processo educacional ou tiveram acesso ao ensino com dificuldades. Esse período foi marcado por denúncias de exclusão e formação de associações negras preocupadas com a educação. Na segunda fase, o autor destaca a supressão

de direitos por causa do Estado Novo, inviabilizando os movimentos contestatórios, porém houve a criação de unidades de ensino permitindo a oferta de alfabetização em suas unidades. Em ambas as fases, pontua-se a preocupação com a educação básica, uma vez que era vista como forma de eliminar o preconceito. Já na última fase, o movimento negro reivindicava políticas sociais de acesso à universidade como uma forma de reduzir a desigualdade na educação.

A educação antirracista, tem por objetivo, conforme Cavalleiro (2001), a erradicação do preconceito, das discriminações e dos tratamentos diferenciados. Por meio dela, estereótipos e preconceitos precisam ser criticados e eliminados. Para que ela aconteça, segundo a autora, é necessário o reconhecimento da diversidade presente na escola somado ao compromisso por parte dos educadores, necessitando ter discurso e práticas em relação às diferenças raciais.

Assim, a educação antirracista, precisa ser pensada, ainda segundo Cavalleiro (2001, p. 149), “como um recurso para melhorar a qualidade do ensino e preparar os alunos para a prática da cidadania”. A partir do momento em que todos os alunos estão incluídos no processo de aprendizagem e que temas outrora não abordados passam a ser, o ensino faz sentido para determinados grupos, como os negros.

Um dos pontos importantes para a educação antirracista, de acordo com Cavalleiro (2001), é o reconhecimento positivo da diversidade racial e a preocupação com as desigualdades da sociedade brasileira. Para a educação antirracista acontecer, segundo a autora, é preciso elaborar um “cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também, em prática, as diferenças raciais” (CAVALLEIRO, 2001, p. 157).

Ao abordar uma prática de educação antirracista, Cavalleiro (2001) afirma que essa possui as seguintes características: reconhece a existência do problema racial na sociedade; busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar; repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar; e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitosas; não despreza a diversidade presente no ambiente escolar; ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira; busca materiais que contribuam para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplam a diversidade racial; elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de aluno e alunas pertencentes a grupos discriminados.

Nessa linha de pensamento, para que seja desenvolvida uma educação plural na sociedade, segundo Gomes (2011, p. 87), “a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças etc., presente na vida da escola e pensar (e repensar)

o currículo nos conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa". Para a autora, possibilitar o diálogo entre as várias culturas e visões de mundo, propiciar aos sujeitos da educação a oportunidade de conhecer, encontrar, defrontar e se aproximar da riqueza cultural existente nesse ambiente sociocultural é construir uma educação cidadã.

A educação das relações étnico-raciais, de acordo com Silva (2011), possui como objetivo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais (SILVA, 2011, p. 12-3). Tal atitude é importante, pois, por muito tempo, esses temas não eram discutidos nos espaços escolares e tampouco na sociedade.

A educação sempre possuiu um papel relevante para os negros, sendo utilizada como um mecanismo de superação do racismo e visto com potencial de ascensão social, pelo Movimento Negro. Nos termos de Gomes (2017):

Na luta pela superação desse quadro de negação de direito e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista (GOMES, 2017, p. 24-5).

Uma ação relevante feita por esse movimento foi a luta para implementação de políticas sociais específicas que contemplaram a raça, a partir da criação de políticas de igualdade racial.

Nesse sentido, a partir dos anos 2000, foram criadas políticas de ações afirmativas voltadas à população negra, com o objetivo de reparar parte dos danos causados pelos trezentos anos de escravização no Brasil. Tal medida, porém, foi alvo de críticas por parte de grupos contrários às cotas, ao dizer que não há racismo no Brasil e que essa ação é desnecessária e prejudica os demais candidatos. As políticas afirmativas foram um avanço, pois permitiu que muitos negros, excluídos do ensino superior, pudessem ter acesso à universidade pública.

Assim sendo, é fundamental entender o processo educativo como um direito de todos, conforme garantido pela Constituição e regulamentado pela Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Portanto, cabe aos sistemas educacionais oferecer uma educação plural que inclua os diversos grupos sociais e que combata o racismo existente na sociedade.

O conhecimento obtido com a educação antirracista deve ser significativo para todos os alunos e para a sociedade, a fim de obter resultados relevantes na redução do racismo. Nas palavras de Lima & Sousa (2014):

O conhecimento deve adquirir significado afetivo, criar interesse, estimular, desafiar – essas são as chaves da aprendizagem. E no campo da história da África e dos africanos no Brasil, em especial, deve agregar valores e contribuir para negar preconceitos e visões deturpadas (LIMA & SOUSA, 2014, p. 155).

Uma proposta de combate ao racismo teve início com o surgimento da pedagogia decolonial. Esta, de acordo com Cruz (2020), surgiu, nos anos 1960, a partir da pedagogia crítica de Paulo Freire. O objetivo dela é “nomear, visibilizar e compreender os problemas estruturais e psicoexistenciais (raça, gênero e classe), (...) através de ações transformadoras de um problema de uma determinada realidade” (CRUZ, 2020, p. 76).

A decolonialidade é um conceito criado pelo pensador Aníbal Quijano, que significa, segundo Oliveira e Candau (2010), “visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas” (CANDAU; OLIVEIRA, 2010, p. 24). Sendo a colonialidade entendida, no pensamento do mesmo autor, como uma estrutura de dominação que submeteu a América Latina, África e Ásia, a partir da conquista ocorrida na modernidade. Baseado na ideia de colonialidade, Quijano dividiu-a em colonialidade do poder, do ser e do saber. O pensamento decolonial é fruto dos estudos de pensadores latino-americanos, como Catherine Walsh, Walter Mignolo e Aníbal Quijano, que procuram analisar o pensamento colonial e suas consequências. O objetivo desse pensamento é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber. Assim, a decolonialidade procura romper com a estrutura eurocêntrica nas áreas de conhecimento, introduzindo outros saberes.

No caso do Brasil, houve uma ligeira alteração dos temas de estudos da Educação Básica promovidas a partir da Constituição de 1988, nos artigos 5º, I; 206, I; 210; parágrafo 1º do artigo 242; artigos 215 e 216. Por meio do artigo 206, foi garantido o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas na educação. Ou seja, a partir desse reconhecimento foi possível incluir os temas relacionados à matriz africana e afro-brasileira nos currículos.

Percebe-se, portanto, que, ao longo dos anos, houve um avanço no processo de uma educação antirracista, motivado, principalmente, após a criação da Lei 10.639/03, conforme se verá na próxima seção.

Assim, considero que essa pesquisa contribui para uma educação antirracista, por entender o racismo como um problema social, que precisa ser enfrentado, e por utilizar a história de negros de um determinado período para realizá-la, com o objetivo de problematizar e de compartilhar o conhecimento com os alunos, além de propor uma mudança de comportamento a fim de diminuir o racismo.

A educação antirracista, uma vez incorporada ao ensino da forma como aqui explorada, traz vários benefícios para a sociedade, como a erradicação do preconceito. Essa modalidade de educação foi, e ainda é, uma conquista relevante, fruto de luta dos grupos sociais que pretendiam, e ainda pretendem, acabar com o preconceito e com a exclusão dos negros dos espaços educacionais, sendo uma forma de garantir também a ascensão social para esse grupo.

### **1.3 Os Avanços da Luta Antirracista na Educação: Marcos educacionais**

Após muitas lutas, debates e discussões, o Movimento Negro conseguiu vitórias importantes que visavam à redução do racismo e à promoção da igualdade entre negros e brancos. Pretende-se, portanto, nesta seção, apresentar e discutir algumas dessas significativas conquistas para a sociedade.

Uma das formas criadas para se obter uma educação antirracista aconteceu a partir da criação da Lei 10.639/2003, fruto das reivindicações dos movimentos sociais negros, para incorporar a História e cultura afro-brasileira nos currículos, fazendo também parte da luta antirracista, a fim de combater o racismo.

Essa legislação modificou a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, no artigo 26-A, tornou obrigatório o Ensino de História da África e Cultura afro-brasileira no currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História (BRASIL, 2003). Em 2008, houve uma nova mudança, por meio da Lei 11.645/08, que incluiu a temática indígena. Porém, conforme lembra Lima (2009), essa lei, ainda que substituindo a primeira, não anulou o disposto na anterior, apenas acrescentou novos aspectos e sujeitos históricos. Por isso, devido a sua importância como marco histórico ainda é utilizada a Lei 10.639/03 tanto pelo movimento negro como nas pesquisas acadêmicas, como é o caso desse trabalho.

O surgimento da Lei 10.639 ocorreu, conforme Santos (2005), no momento em que:

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil alterou a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. (SANTOS, 2005, p. 32)

Cabe mencionar que, a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no currículo é uma demanda histórica que se avolumou a partir dos anos 1980. Para o Movimento Negro, a educação, segundo Oliveira (2012), possui um papel prioritário na superação do racismo. De

acordo com Gomes (2017), o movimento considerava a educação como um direito social que por algum tempo foi negada aos negros.

A implementação da Lei 10.639 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, consoante Gomes (2011), acrescentou às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, a luta pela superação do racismo na sociedade e na educação.

Assim, convém destacar, como lembram Coelho e Coelho (2015), que as leis 10.639 e 11.645 não decorreram da constatação do Estado de uma fragilidade no sistema ou nas condições de oferta. Ambos os instrumentos legais foram provenientes de demandas de movimentos sociais. Nos dois instrumentos, para os autores, a luta contra a discriminação e o preconceito foram o elemento determinante.

A lei representou, portanto, um avanço significativo para a sociedade brasileira, pois, por muito tempo, a história dos negros não era abordada nas escolas, ou, quando estudada, era tratada de forma periférica, aparecendo apenas em datas comemorativas como o 13 de maio e o 20 de novembro. Assim, ainda que a obrigatoriedade da Lei não garanta a sua implementação no trabalho cotidiano das escolas, ela oferece garantias e reconhecimento da necessidade da abordagem da temática em pauta.

Cabe destacar ainda que a legislação, de acordo com Lima (2009), surgiu ligada à reivindicação de direitos de cidadania e políticas de inclusão. Ela foi fruto também de demandas de fóruns, inclusive de acadêmicos e de setores da sociedade, especialmente os movimentos sociais negros. A partir daí, surgiu, ainda segundo a autora, a necessidade de formação de professores, o que não é abordado pela lei.

Vale lembrar, como salienta Costa (2014), que houve o surgimento de novos grupos étnico-raciais, e com eles a eclosão de movimentos sociais de grupos, até então, denominados minorias. A autora afirma que a problematização em torno da produção do conhecimento histórico escolar e dos sentidos de negro no currículo não está posta necessariamente apenas nos domínios da “escola” ou de outra “realidade” propriamente dita. Ela se situa em meio às lutas hegemônicas, pois o que está em jogo é a produção de sentidos de negro.

Apesar da legislação vigente, conforme Pereira (2013), a memória e a história sobre as lutas e sobre a participação da população negra na constituição da nossa sociedade estiveram ausentes dos espaços escolares, o que significa um problema para a construção da democracia no Brasil, no que diz respeito à formação educacional de seus cidadãos.

Além disso, ainda segundo Pereira (2013), o caráter eurocêntrico presente historicamente nos currículos de história e nas outras disciplinas ainda é evidente. Incluir novos

conteúdos relacionados aos temas das histórias e culturas dos africanos, afrodescendentes e indígenas obriga, de acordo com o autor, realizar novos estudos e pesquisas e a pensar alternativas que implicam a redefinição da história ensinada em sua seleção de conteúdo. Conforme apontado na introdução, há avanços na pesquisa acadêmica e na produção de materiais direcionados às práticas pedagógicas em sala de aula.

Corroborando com essa perspectiva, Gabriel (2013) afirma que lutar para que as culturas indígenas ou negras sejam incorporadas e reconhecidas nos currículos de História exige problematizar nosso entendimento desses significantes e também os de história e de escola. Isso representa deslocar as fronteiras epistemológicas do conhecimento histórico disciplinarizado. Para que isso ocorra, segundo a historiadora, é necessário dialogar com a historiografia e as teorias da História, para melhor compreender os processos de reelaboração didática, a fim de que se tornem conhecimento escolar socialmente legitimados.

Um dos pontos relevantes da legislação é a mudança que proporciona no currículo do Ensino de História. Com relação a isso, Pereira (2019, p. 140) afirma que a lei “ao problematizar o tradicional eurocentrismo na educação brasileira, tem um potencial de mudança cultural ao ser implementada com qualidade acadêmica e compromisso político com uma educação antirracista e democrática.” Vale ressaltar, que de acordo com as Diretrizes Curriculares, a Lei 10.639/03 não pretende mudar um eixo pelo outro, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social e econômica brasileira (BRASIL, 2004).

Esse documento ressalta ainda que a lei promove repensar “as relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas pelas escolas”. (BRASIL, 2004, p. 8). Portanto, a Lei 10.639/03 pode ser considerada um grande progresso proporcionado à educação brasileira.

Em relação à lei e às diretrizes, Santos (2011) aponta que o surgimento desses mecanismos reflete a necessidade de reeducação das relações étnico-raciais no Brasil. A autora afirma ainda que tais instrumentos contribuem para a valorização de histórias e culturas tradicionalmente negadas ou silenciadas.

Assim, concordando com Coelho e Coelho (2015), as leis 10.639/03 e 11.645/08 tornaram os povos africanos e indígenas de coadjuvantes a atores relevantes da conformação do país e da nação. Isso foi importante, já que, por muitos anos, acreditou-se que havia uma convivência pacífica entre os três grupos que, segundo essas teorias, formaram a nação brasileira.

Por outro lado, a legislação trouxe alguns problemas que ainda não foram resolvidos. De acordo com Santos (2005), ela é genérica e não se preocupa com a correta implementação do ensino. Já para Oliveira (2012), inicialmente, a Lei 10.639/03 suscitou uma polêmica: para uns era uma imposição, para outros, uma concessão. No decorrer do tempo, após a realização de fóruns promovidos pelo MEC, da atuação de educadores e do movimento negro, a legislação foi ganhando espaço.

Outro problema surgido com a referida lei, apontado por Lima (2009), está relacionado à formação de professores para atuar na Educação Básica. A historiadora considera fundamental que o professor deva estar familiarizado com o processo de construção do conhecimento histórico, pois é na escola que boa parte dos jovens terá contato com o continente africano. Para que isso ocorra, portanto, faz-se necessário ofertar cursos de formação continuada e formação inicial adequados.

Outro documento elaborado sobre a educação para as relações étnico-raciais foi o Parecer CNE/CP 3/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) que regulamentou as mudanças trazidas pela Lei 10.639. Tal documento destina-se aos estabelecimentos escolares, aos professores, às famílias dos estudantes e a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação. O documento visa oferecer uma resposta à demanda da população afrodescendentes, no sentido de políticas de ações afirmativas e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade, fruto das ações do movimento negro.

O referido parecer reconhece o direito dos negros de se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia seus pensamentos. O documento preocupa-se também com o direito dos negros de cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente orientadas e equipadas, conduzidos por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações sensíveis e capazes de conduzir a redução das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e de povos indígenas (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o surgimento da Lei 10.639 e das Diretrizes, para Santos (2011), são frutos dos dilemas e embates que estavam presentes no debate nacional e dos próprios movimentos sociais negros em torno de sua criação.

Outra ação criada pelo Governo que contemplou a população afrodescendente foi a elaboração do Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei 12.288/10, que possui como

objetivo “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010).

E como desdobramento do Estatuto da Igualdade Racial, em 2012, por meio da Lei 12.711, foi criada a Lei de cotas que reserva 50% das vagas em universidades públicas para estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas.

Outro documento que também faz referência à importância de uma educação plural é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>8</sup> implementada recentemente no ensino fundamental. De acordo com esse documento, a valorização da história da África e indígena é importante por se preocupar com os saberes produzidos por essas populações na formação do país (BRASIL, 2018). Um ponto importante mencionado pela BNCC é o reconhecimento de outros temas, que não apenas a escravidão e ainda os processos de inclusão/exclusão da população indígena e afro-brasileira na América nos séculos XIX e XX. Contudo, o documento não cita um tema específico sobre as relações étnico-raciais para o Ensino Fundamental.

Esse documento destaca ainda o papel da diversidade cultural, relacionando as temáticas africanas e indígenas. A diversidade contribui para as múltiplas configurações identitárias. De acordo com o texto da BNCC:

A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, compreenderem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção do saber (BRASIL, 2018, p. 401).

Tal documento norteador da educação considera importante o estudo de uma história plural, porque entende que a história “é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas” (BRASIL, 2018, p. 397).

Cabe ressaltar que uma iniciativa sobre a valorização da diversidade brasileira deu-se com a Constituição de 1988. Ela garantiu, consoante Silva (2007), o direito à cultura e ao conhecimento das demais culturas que formaram a nação. Outro ponto importante apontado pela autora sobre a Constituição cidadã foi tornar o racismo crime inafiançável e imprescritível.

Com a alteração nos currículos, as escolas devem se preparar para a inclusão desses novos temas. Além disso, os professores precisam também adequar-se a esses assuntos,

---

<sup>8</sup> A BNCC é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ela foi elaborada entre os anos 2015 e 2018 e encontra-se ainda em fase de implantação. O documento atual está na terceira versão.

necessitando buscar cursos de formação continuada, a fim de atender a essas novas demandas com qualidade, especialmente, para aqueles formados antes da criação da lei. Com isso, é possível que os professores e a sociedade se mobilizem para o fortalecimento de uma educação antirracista de qualidade, fazendo com que diversos setores da sociedade sejam beneficiados com essa inclusão.

Ademais, o papel da escola precisa ser repensado, pois, por muitos anos, o ensino esteve voltado para outras temáticas que não o continente africano, enfatizando-se a matriz europeia. A escola precisa estar preparada para ensinar os conteúdos de África e da História Afro-Brasileira, não apenas por conta da lei, mas devido à importância que o tema possui para a História e para a sociedade.

Uma das funções atribuídas à escola com essa nova proposta é o combate ao racismo. Os professores, consoante Gomes (2005), não podem se omitir diante dos preconceitos e discriminações raciais. A autora afirma também que devem ser construídas práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano em sala de aula. Isso ocorre, porque por muitos anos não houve o debate sobre o racismo nos espaços escolares.

Dessa forma, a escola contribuirá para a formação de cidadãos críticos que se preocupam com o respeito ao próximo e a valorização de todas as culturas. Essa medida é imprescindível, visto que a escola é um lugar plural, formada por pessoas de diversas culturas, sendo o espaço em que os jovens passam a maior parte do tempo.

A partir da regulamentação dos marcos legais, o Ensino de História também passou a ter um novo desafio que é o de elaborar uma proposta que contemple a História da África e dos Afro-Brasileiros nos projetos políticos pedagógicos das instituições. No âmbito do ensino superior, nos cursos de formação de professores, tanto no que se refere à formação inicial e à formação continuada, o investimento sobre a temática também vem se avolumando; o caso do Mestrado Profissional em Ensino de História é exemplar, visto que há inúmeras pesquisas que se debruçam sobre a temática.

Assim, percebe-se que há várias referências, reconhecendo a importância de uma educação antirracista, que devem ser colocadas em prática, uma vez que contribuem para a superação do racismo na sociedade brasileira.

## CAPÍTULO II: A IMPRENSA NEGRA E O CONTEXTO REGENCIAL

Na primeira metade do século XIX, surgiu a versão inicial da imprensa negra no Brasil. Homens negros livres escreveram jornais nos quais abordavam a situação política do país, fazendo críticas ao governo, lutando por direitos políticos para os afro-brasileiros e denunciando casos de arbitrariedade contra os negros.

A partir do estudo das fontes, pretendeu-se destacar as denúncias feitas pelos homens negros em diversos jornais da imprensa negra, a fim de tratá-los como sujeitos históricos possuidores de direitos, garantidos pela Constituição de 1824. Essa noção é importante, pois costuma-se colocar a situação do negro, ao longo da história, como ser passivo, aceitando as condições impostas pelo sistema escravista, vigente então nesse período. Assim, o uso desse tipo de fonte permite apresentar um momento de protagonismo de um determinado grupo de homens negros livres intelectualizados, com o objetivo de reivindicar melhores condições de vida para a população negra livre.

Para isso, procurei apresentar, neste capítulo, uma breve análise do contexto histórico do Período Regencial, a fim de compreender o contexto de surgimento dos jornais da imprensa negra do século XIX, ressaltando alguns momentos importantes de sua criação e algumas reivindicações feitas ao governo. Pretendi abordar também a imprensa propriamente dita, a fim de entender como ela se inseria nas disputas políticas do período.

### 2.1 Contextualizando o período

O Brasil foi o único país da América do Sul a adotar a Monarquia como forma de governo após a independência. Transformar o país em um estado nacional sob o regime Imperial de D. Pedro I, foi a opção escolhida pelas classes dirigentes. O período monárquico ficou dividido entre Primeiro Reinado (1822 – 1831), Período Regencial (1831 – 1840) e Segundo Reinado (1840 – 1889). A fim de entender os periódicos da imprensa negra da Regência, é necessário fazer uma breve abordagem sobre essa fase da História do Brasil que, ainda visto por muitos como um período de transição e instabilidade, podemos reconhecê-lo como um período potente para a consolidação de elementos que contribuirão mais tarde com o projeto de consolidação do Estado Nacional, como abordaremos mais adiante.

O Primeiro Reinado é considerado pela historiografia como sendo o período de formação do Império, marcado pelas divergências entre brasileiros e portugueses. A Regência foi classificada como o momento da consolidação da independência, em que os brasileiros assumiram o controle do país. Já o Segundo Reinado é entendido como o período de consolidação da unidade territorial e das estruturas do Estado imperial brasileiro.

Em relação ao Período Regencial, conforme apontado por Morel (2003, p. 7), a historiografia o assinala como sendo “caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos”. Basile (2009) acrescenta que essa época foi vista como “anárquica e anômala, como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira” (BASILE, 2009, p. 55). A explicação sobre essa ideia, deve-se, segundo Basile (2009), à produção historiográfica sobre a Regência realizada por historiadores e políticos conservadores do Segundo Reinado, como Justiniano José da Rocha, Pereira da Silva, Moreira de Azevedo e Joaquim Nabuco. Tal adjetivação aconteceu devido aos conflitos entre os grupos políticos do período. Além disso, ao estudar o Período Regencial, na historiografia, enfatizavam-se as diversas revoltas provinciais que ameaçaram a unidade territorial do Brasil. Vale lembrar que tal adjetivação também aparece frequentemente em livros didáticos, sendo objeto de estudo da Educação Básica.

O início do Período Regencial representou, conforme Morel (2016), uma mudança no cenário público nacional, alterando também a geração que assumiu o poder político central e provincial, mesmo que alguns personagens continuassem em cena.

Sobre a Regência, Morel (2016) afirma que houve uma tendência de reforçar a mão de ferro do poder, estabelecendo um governo forte e um Estado monárquico centralizador cujo intuito era evitar o chamado caos, anarquia ou o carro da revolução. Isso envolvia a restrição dos espaços de liberdade e diversidade de expressão de grupos políticos e sociais.

No entanto, houve fatos importantes no Período Regencial que merecem ser valorizados e estudados. Ademais, de acordo com Morel (2003), esse foi o momento fundamental para a construção da nação brasileira, quando se garantiram a independência, ao custo de muitas vidas e despesas, e o caminho de uma ordem nacional.

Nesse período, segundo Lyra (2000), também ficou caracterizada a construção da identidade nacional do Brasil. Conforme o discurso político do grupo que assumiu o poder, a identidade definiu-se na disputa “com o opositor, o português opressor, aquele que sempre impedira o gozo pleno da liberdade na pátria brasileira” (LYRA, 2000, p. 68). Ou seja, as disputas políticas foram um dos elementos que caracterizou a formação da identidade, presentes ao longo da Regência.

A esse respeito, Lyra (2000) acrescenta que o período das Regências foi um dos mais dinâmicos em termos de luta entre grupos diversos, a fim de definir as estruturas do Estado liberal e imperial brasileiro. A historiadora lembra que essa também foi a ocasião do auge do ideal de liberdade do homem.

Em contrapartida, Morel afirma que, o Período Regencial pode ser entendido como um “grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos da história do Brasil” (2003, p. 9). Naquele momento, de acordo com o autor, surgiram debates de vários temas, como monarquia constitucional, absolutismo, separatismo, feudalismo, liberalismo, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes formas de organização do Estado, conflitos étnicos multifacetados, entre outros.

A Regência, segundo Basile (2009), passou a ter maior destaque nos estudos historiográficos a partir do final dos anos 1970, quando surgiram cursos de pós-graduação no Brasil, em que apareceram novas pesquisas que tinham uma abordagem mais específica. Uma das áreas que surgiu com essa temática foi o estudo dos grupos políticos e sua atuação. Nesse momento, reconheceu-se também a importância da imprensa como campo de estudo historiográfico.

A construção da imagem conturbada sobre o período em análise foi derivada de estudos dos historiadores acima citados. Nas palavras de Basile (2009), isso aconteceu, porque:

Enfatizavam os problemas imputados ao ‘espírito democrático’, ao excesso de liberdade, à fraqueza do governo, à insuficiência das leis, à instabilidade das instituições, à descentralização política, ao radicalismo dos grupos de oposição (*exaltados* e *caramurus*), à insubordinação das tropas, à participação da população, às sucessivas revoltas, à desordem generalizada, que ameaçariam a integridade nacional; quadro, enfim, que ia frontalmente de encontro à imagem de estabilidade, unidade e ordem que faziam do Império e que foi amplamente legada à posteridade. (BASILE, 2009, p. 55) (grifos no original)

Nesse sentido, é importante para o pesquisador/professor buscar os principais acontecimentos, a fim de enaltecer o período e não apenas evidenciar os problemas político-sociais, como costuma ser feito em sala de aula e pelos estudos historiográficos de outrora.

O Período Regencial iniciado após a renúncia de D. Pedro I em 1831 se justificou visto que, o sucessor do trono, o príncipe D. Pedro de Alcântara, era menor de idade, e seguindo os termos da Constituição de 1824, haveria uma Regência no Brasil, até que o herdeiro do trono pudesse assumir ao completar 18 anos de idade. A mudança de governo, oriunda da abdicação do Imperador D. Pedro I, foi considerada uma vitória para o grupo que deixou de apoiá-lo após a independência. É importante destacar que, durante essa fase, a Monarquia continuou

existindo, mas sem o Poder Moderador, que era de uso exclusivo do Imperador. Acerca disso, Mattos (2017) afirma que “o impulso transformador e revolucionário das Regências não foi suficientemente forte para deslocar o princípio monárquico” (MATTOS, 2017, p. 95).

A abdicação de D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831, foi resultado, conforme Basile (2009), de um processo conflituoso resultante das tramas colocadas pela imprensa, no Parlamento, nas sociedades secretas, nos quartéis e pela forte pressão popular que se mobilizava em movimentos de protesto nas ruas da corte. O fato ficou conhecido na época como revolução gloriosa e passou a ser comemorado durante a Regência por políticos e pela imprensa, aparecendo também em alguns jornais da imprensa negra, como se verá adiante. A partir desse evento, Basile (2009) destaca que:

O 7 de abril consagrou o espaço público como arena de luta dos mais diversos grupos políticos e camadas sociais, marcando a emergência de novas formas de ação política, em momento no qual, transbordando a tradicional esfera dos círculos palacianos e das instituições representativas, tornava-se pública, e se assistia a uma rápida politização das ruas (BASILE, 2009, p. 59).

Parte das disputas políticas do período deveu-se às divergências entre os grupos políticos. Naquele momento se destacavam três grupos: Exaltados, Moderados e Restauradores. A diferença entre os Exaltados e os Moderados, segundo Morel (2016), era a tentativa de impor limites ao poder do monarca.

Os Moderados, organizados desde 1826, eram compostos por produtores e comerciantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ligados ao abastecimento da corte e associados à pequena burguesia urbana e do setor militar (BASILE, 2009). Estavam situados ao centro do campo político, defendiam reformas para reduzir o poder do imperador e conceder maior autonomia para a Câmara dos deputados, autonomia ao Judiciário e garantia dos direitos de cidadania previstos na Carta de 1824.

Já o grupo dos Exaltados, surgido por volta de 1829, após o acirramento da crise política, estavam à esquerda do campo, era formado por profissionais liberais e funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos. Lutavam por reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, pela extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade e pelo fim gradual da escravidão (BASILE, 2009).

Por último, o partido Restaurador ou *Caramurus*, posicionados à direita do campo, era formado por portugueses e pretendia o retorno de D. Pedro I, por considerar a Regência ilegítima. Eram contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam uma monarquia constitucional centralizada nos moldes do Primeiro Reinado, em casos excepcionais, defendiam a restauração (BASILE, 2009).

A discussão política, durante a Regência, entre tais grupos tinha como principais instrumentos, conforme Basile (2009), o Parlamento, a imprensa, as associações, as manifestações cívicas e os movimentos de protesto ou revolta. Tal disputa também acontecia nas folhas impressas, nas quais os jornais faziam um debate político.

O grupo político que assumiu o controle do governo no início da Regência foi o dos Moderados, que estavam politicamente mais bem articulados. De acordo com Carvalho (2012), ao chegarem ao poder, eles tiveram que resolver dois importantes problemas: a manutenção da ordem pública e das pressões federalistas. Para resolver o primeiro, foi criada a Guarda Nacional, em 1831, e, para solucionar o outro, foi realizada a reforma da Constituição de 1824, por meio do Ato Adicional.

Parte das divergências políticas existentes entre os grupos políticos do Período Regencial estava relacionada à questão da centralização ou descentralização política, que pretendia conferir autonomia às províncias, o que contribuiu para o Período Regencial ser taxado de conturbado. Para conceder autonomia, foi realizada uma emenda constitucional, em 1834, o Ato Adicional. As principais medidas dele foram: a extinção do Conselho de Estado, a substituição da Regência Trina pela Una e a criação de assembleias legislativas provinciais.

Devido aos excessos promovidos pela descentralização, em 1840, foi promulgada a Lei de Interpretação do ato adicional, representando o *Regresso*, que surgiu também em função da oposição à Regência. Nesse mesmo ano, para resolver a crise política, foi desencadeado o Golpe da Maioridade, e o príncipe D. Pedro de Alcântara assumiu o poder, colocando fim ao Período Regencial.

Durante o Período Regencial, ocorreram diversas revoltas provinciais no país, motivadas por situações político-econômicas que estavam acontecendo nesses locais. Tais movimentos também contribuíram para esse período ser considerado agitado, devido à ameaça de fragmentação da unidade territorial.

Em suma, o Período Regencial, tal como apresentado, possui grande potencial de estudo historiográfico e de ensino, para além do que é geralmente atribuído. Foi nesse cenário de disputa política que estava situada a imprensa, sendo também o momento de criação da imprensa negra, um tema importante, conforme se verá a seguir.

## **2.2 O surgimento da imprensa negra no Brasil**

Desde a sua criação no Brasil, em 1808, a imprensa foi uma instituição que teve importante papel de destaque. Sendo responsável por informar sobre os acontecimentos mais significativos do país, de acordo com os interesses de seus idealizadores e tendo uma forte atuação política na sociedade.

As primeiras publicações surgidas no Brasil aconteceram a partir de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa. Foi criado o *Correio Brasiliense*, editado por Hipólito da Costa, em Londres, que fazia algumas críticas ao governo. Mesmo sendo editado fora do país, foi o primeiro a publicar sobre o Brasil. Em seguida, surgiu *A Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial editado pela Impressão Régia, que era o órgão do governo, responsável por publicar leis e decretos editados pelo Príncipe Regente D. João.

A criação da imprensa no mundo luso-brasileiro foi possível graças a liberação feita pelas cortes de Lisboa, no movimento constitucionalista de 1821 (NEVES, 2003). Durante o Império, conforme Carvalho (2020), foi o período em que a imprensa teve maior liberdade de atuação. Tal fato é possível constatar por meio do aumento do número de publicações, conforme se verá adiante.

A imprensa do Período Regencial, segundo Lima (1998), é diferente da surgida no período colonial, pois rompeu com o monopólio da Impressão Régia. Ainda segundo a autora, a imprensa surgida a partir de 1821 foi marcada pela liberdade de imprensa e o surgimento do primeiro jornal de anúncios, o *Diário do Rio de Janeiro*. Outra diferença, entre esses dois momentos, é apontada por Morel e Barros (2003). De acordo com os autores, havia a existência de um amplo debate público de opiniões.

O período da década de 1820 também é considerado importante por Morel e Barros (2003), pois foi o momento em que surgiu a ideia de opinião pública no Brasil, no período que antecedeu a independência. A opinião pública era o desenvolvimento de uma consciência política no âmbito da esfera pública. Isso contribuiu também para o aumento do número de produções feitas no país, pois havia um debate de ideias nos diversos periódicos existentes.

Um dos motivos do sucesso da imprensa no período ocorreu devido ao baixo preço, custando 80 réis. Eram publicados poesias, contos e outras matérias que atraíam a atenção dos leitores com menos poder aquisitivo, impossibilitados de comprar livros (MOREL, 2016). Tal custo era acessível também a um escravizado de ganho, pois correspondia ao valor recebido por uma diária.

As edições da imprensa, conforme Neves (2003), representavam “uma preocupação coletiva em relação ao político, pois seus artigos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias”. Para Carvalho (2020), ela era um fórum alternativo

para a tribuna, especialmente para o partido de oposição, que não possuía representação na Câmara. De acordo com o autor, muitos políticos escreviam nos jornais, alguns anonimamente, o que não ousariam dizer na Câmara. Para Basile (2009), os jornais e panfletos exerceram “uma vigorosa pedagogia política como principais veículos de expressão de ideias e de propagandas das facções concorrentes” (BASILE, 2009, p. 65). A edição de jornais também fazia parte da população negra livre, porque procurava discutir assuntos políticos, reivindicar participação nos espaços de poder e questionar a situação dos negros na sociedade.

Os jornais surgiram, conforme Ana Flávia Magalhães Pinto (2006, p. 38), “em momentos marcantes da história política brasileira, trazendo relatos e informações de pontos de vista, senão de sentidos absolutamente diversos”. Assim, pode-se considerar que a imprensa sempre teve relevância, ao relatar os eventos e opinar sobre os fatos. Além disso, os jornais se posicionaram a favor ou contra os governos que não estivessem de acordo com sua visão política.

No século XIX, foi criado um formato específico da imprensa, que ficou conhecida como pasquim. Ao estudar a imprensa, Sodré (1977) afirma que os pasquins funcionavam e eram apresentados da seguinte forma:

A técnica da imprensa, ainda nos primeiros passos do país, ao tempo, acrescentou características formais ao pasquim: formato in-4º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros (1977, p. 182).

É importante ressaltar que esse tipo de imprensa existiu paralelamente à imprensa oficial, muitas vezes, contrapondo-se a ela e fazendo duras críticas. No século XIX, existia, no Brasil, o jornal *Aurora Fluminense*, que tinha como editor o deputado Evaristo da Veiga, que era constantemente criticado pelos pasquins da imprensa negra.

O funcionamento desse tipo de imprensa é igualmente retratado por Morel e Barros (2003), de acordo com os autores:

A imprensa periódica daquele período, independentemente da posição ideológica, não era industrial, mas artesanal. Na agitação do processo de independência proliferou, como veículo típico o pasquim. O pasquim era de formato pequeno, tendo geralmente quatro páginas. Era redigido por uma pessoa, no máximo duas, que compunha o original em manuscrito e o enviava à tipografia, que servia não só como impressora, mas, muitas vezes, como ponto de venda, assim como as boticas, já que as livrarias eram raras. (...) Nessa imprensa embrionária, o jornalismo não era categoria profissional: qualquer indivíduo letrado que desejasse atuar na vida pública, fosse médico, clérigo, filósofo ou militar, encontrava relativa facilidade de rodar o seu pasquim (BARROS, MOREL, 2003, p. 48-9).

As longas citações acima permitem compreender o funcionamento inicial desse tipo de imprensa, em que não havia uma profissionalização de quem escrevia. Além disso, poderiam existir vários temas motivados pelos episódios do momento, principalmente, os políticos. No caso da imprensa negra, o que estava em pauta eram os diversos casos de discriminação racial, que aconteciam constantemente na sociedade, e a ausência de direitos políticos para a população negra livre.

Os jornais surgidos no Período Regencial, segundo Barros e Morel (2003), eram chamados de *jornais de opinião*, em que o redator era o principal escritor, com o propósito de defender uma causa. Assim, o novo formato de jornal era mais doutrinário do que informativo, estando ligado à uma liderança ou facção política.

Era comum aparecer como assuntos nesse tipo de imprensa, de acordo com Lima (1998), a defesa da constituição, a abdicação de D. Pedro I, a ameaça recolonizadora – real ou imaginária –, o governo regencial, a atuação dos ministros de Estados, os debates e resoluções da Câmara dos Deputados, as reformas liberais como a criação do cargo de Juiz de Paz, do Código Criminal e da Guarda Nacional.

Para produzir um jornal, naquela época, era necessário ter uma tipografia, cuja função ia além de imprimir os jornais, conforme explicam Morel e Barros (2003):

Lugar de moradia e de trabalho, a tipografia e a redação converteram-se em ponto de comércio, no sentido mais amplo da palavra, configurando uma mescla entre espaços públicos e privados, em que se faziam contatos diretos dos produtores com os receptores da imprensa (MOREL, BARROS, 2003, p. 78).

A tipografia era também um espaço de discussão e de debate de ideias, em que as matérias publicadas eram debatidas por alguns leitores dos jornais após a compra nesse local.

Havia, de acordo com Basile (2009), tipografias nos grandes centros: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás. Depois, até 1840, surgiram também em Santa Catarina, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo. O autor aponta como causa para o desenvolvimento da imprensa ligado às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública.

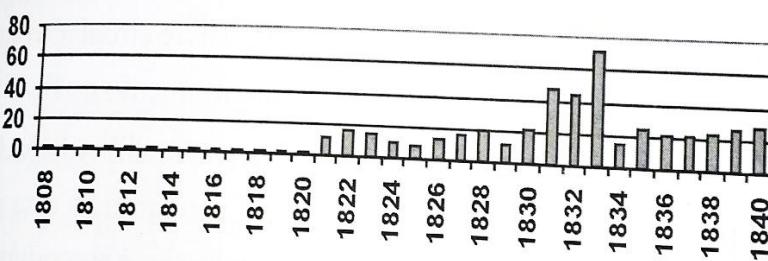
Na imprensa oficial, geralmente, eram retratados os interesses dos grupos dominantes, sem abordar as necessidades das camadas subalternizadas e da população de cor. Mesmo a população negra sendo a maioria, naquele momento, não havia um espaço dedicado aos negros

nos meios de comunicação. Com isso, os negros tiveram que consumir inicialmente as ideias vigentes elaboradas por brancos para depois produzir suas próprias ideias.

Durante o período analisado, segundo Morel e Barros (2003), as edições aumentaram significativamente, o que permitiu a divulgação de ideias na sociedade. Isso ocorreu, segundo Morel (2016), devido à ausência do imperador no trono, sucedido por uma Regência Provisória, que enfraqueceu o peso do poder monárquico, permitindo uma explosão da palavra pública. De acordo com Lima (2003), no ano de 1833, surgiram 51 jornais. Porém, algum tempo depois, devido à repressão da Regência, tais publicações diminuíram. A redução ocorreu a partir de 1834, conforme Morel (2016), devido à criação de leis controladoras e à aplicação de repressões como ameaças, prisões e assassinatos de redatores.

A partir de levantamento elaborado por Morel e Barros (2003), no acervo das obras guardadas na Biblioteca Nacional, foi elaborado um gráfico pelos historiadores que representa o surgimento de jornais no período de 1808 a 1840:

**Imagen 1:** Produção de jornais no Brasil



Fonte: Morel e Barros (2003), p. 23.

Percebe-se que o ano de 1833, quando surgiu a imprensa negra, foi o ápice do aparecimento das publicações no Brasil. O aumento das edições no período é explicado por Basile (2009) em função da vacância do trono, as disputas entre as elites política e intelectual, o desenvolvimento da esfera pública, os debates sobre as reformas constitucionais e o crescimento das tipografias.

Outro ponto fundamental sobre o crescimento dos jornais no século XIX é apontado por Neves (2003). Segundo a historiadora, no período iniciado na década de 1820, houve o surgimento de hábitos de leitura de jornal, proporcionado pela liberdade de imprensa existente desde o movimento constitucionalista de 1821.

Durante o período da escravização de pessoas no Brasil, houve um grupo de homens negros livres que encontrou uma forma de denunciar os preconceitos e as discriminações sofridas por eles. Assim, esse grupo inaugurou, em 1833, a imprensa negra no país, para abordar

os assuntos de seu interesse. É importante destacar que, ao criar os periódicos, tais pessoas conseguiram ocupar um espaço de poder que era ocupado anteriormente apenas por homens brancos.

A imprensa negra, consoante Pinto (2006), foi uma forma encontrada por negros que elaboraram uma fala pública e tornaram-na conhecida, sendo um esforço coletivo de controlar os códigos de dominação e subvertê-los. Nas palavras da autora, a imprensa negra é:

uma expressão composta em que o adjetivo proposto ao substantivo sugere algumas possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros?; para negros?; veiculando assuntos de interesse das populações negras? (PINTO, 2006, p. 24-5)

Já para a historiadora Célia Azevedo (2005), a imprensa negra “era um tipo de imprensa específica voltada para a denúncia do preconceito racial e para a defesa da cidadania universal dos homens livres”. Eles estavam interessados em “lutar pelos direitos civis e políticos em parte já contemplados na Constituição de 1824” (AZEVEDO, 2005, p. 303).

Esse tipo de imprensa também ficou conhecida, pela historiografia, como imprensa mulata, defendendo os interesses nativistas em defesa da população negra e mestiça livre. Porém, conforme Azevedo (2005), devido à carga preconceituosa que o termo carrega, a autora prefere designá-la como imprensa cidadã antirracista, pois tinha o objetivo de alcançar uma cidadania desracializada.

Nesse sentido, a palavra impressa foi uma forma encontrada, conforme Lima (1998), de atuação política por segmentos da população do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil, nas décadas de 1820 e 1830. Desde 1833, os jornais da imprensa negra enfatizavam os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros para ilustrar o grau de exclusão e discriminação que atingia a população afro-brasileira.

O período da Regência, para Azevedo (2005), nos anos 1830, marca o surgimento do antirracismo no seu nascimento, quando uma geração de negros ilustrados se dedicou a denunciar o preconceito de cor em jornais específicos de luta, reivindicando os direitos de cidadania garantidos pela Carta de 1824.

Nesse contexto, irrompeu a imprensa negra, mais especificamente na primeira metade do século XIX, sem abordar a situação dos escravizados. A preocupação com a abolição da escravatura no Brasil aconteceu apenas nos anos 1880, em que surgiram figuras abolicionistas de destaque como José do Patrocínio e Luís Gama. Despontaram nesse contexto os periódicos: *O abolicionista: órgão da sociedade brasileira contra a escravidão* (1880 – 1881), *Gazeta da*

*Tarde* (1880 – 1881), *O amigo do escravo: órgão abolicionista* (1883 – 1884), *Cidade do Rio* (1887 – 1902), *Libertador: órgão da sociedade cearense libertadora* (1881 – 1890).<sup>9</sup>

No início do século XX, apareceu em São Paulo uma nova fase da imprensa negra, que é a mais conhecida pela historiografia, no período pós-abolição. Há, como destaque, os seguintes jornais: *A Liberdade*, *A Rua*, *A Sentinella*, *A Voz da Raça*, *Alvorada*, *Auriverde*, *Chibata*, *Correio D'Ébano*, *Elite*, *Evolução*, *Hífen*, *Mundo Novo*, *Níger*, *Nosso Jornal*, *Notícias de Ébano*, *Novo Horizonte*, *O Alfinete*, *O Baluarte*, *O Bandeirante*, *O Clarim*, *O Clarim da Alvorada*, *O Estímulo*, *O Mutirão*, *Progresso*, *Senzala* e *Tribuna Negra*.<sup>10</sup>

A criação da imprensa negra nos diversos momentos foi uma iniciativa de pessoas e grupos sociais organizados que criaram os jornais como instrumento de defesa de uma causa e propor mudanças no contexto social, visando integrar os negros à sociedade e combater as discriminações raciais sofridas. Para isso, eles dependiam dos recursos de seus fundadores e da venda de jornais para continuar funcionando, pois essa não era uma atividade que almejava o lucro, mas para dar voz aos problemas enfrentados pelos negros.

Tais jornais da imprensa negra ao longo do tempo indicam que houve uma continuidade das publicações, com o mesmo objetivo principal: combater o racismo na sociedade. Para isso, seus escritores também buscaram criar uma identidade negra, para manter uma união entre a população afrodescendente, a fim de ampliar a luta e alcançar seus objetivos.

Em suma, a imprensa negra do século XIX teve um papel preponderante na luta contra a discriminação racial, para que os negros tivessem direitos políticos, que eram garantidos pela Constituição, mas não eram cumpridos pelo governo regencial, conforme se verá na seção a seguir. Percebe-se que seus fundadores deram início a um movimento relevante, a fim de defender uma causa, a igualdade social com os homens brancos.

### 2.3 Os jornais da imprensa negra

Nessa seção procurei realizar uma breve descrição e análise das obras encontradas da imprensa negra do século XIX que circularam no Rio de Janeiro, por ser a sede da corte imperial. Vale salientar, que devido ao fato de o Rio de Janeiro ser a sede do governo, aqui

<sup>9</sup> Informações disponíveis em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/imprensa-negra-abolicionista-acervo-biblioteca>, acesso em 30/10/2021.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/](http://biton.uspnet.usp.br/imprensaneagra/), acesso em 01/11/2021.

houve maior produção e circulação de periódicos, em função dos debates políticos, como abordado no tópico acima. Os assuntos dos jornais são diversos, por isso, nesta análise, busquei priorizar os motivos da criação dos jornais, a luta por participação política e a defesa da questão racial, a fim de que tais conteúdos possam ser trabalhados em sala de aula pelo professor.

É importante ressaltar que tais pasquins da imprensa negra do século XIX ainda são pouco conhecidos pelo público. Assim, o estudo desse tipo de documento permite que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento produzido nesse período. Além disso, uma vez apresentado aos estudantes da Educação Básica, em um momento marcado por várias manifestações racistas na sociedade, o uso desse material contribui para a prática de uma educação antirracista.

Para essa pesquisa foram encontrados os seguintes pasquins da imprensa negra, publicados no Rio de Janeiro:

**Tabela 2: Nomes dos pasquins**

Nome	Data primeira publicação (ou edição única)	Número de edições
<i>O Homem de Cor</i>	14/09/1833	5
<i>Brasileiro Pardo</i>	21/10/1833	1
<i>O Cabrito</i>	07/11/1833	2
<i>O Meia Cara</i>	11/11/1833	2
<i>O Lafuente</i>	16/11/1833	1

Fonte: o autor.

Todas as publicações da imprensa negra surgiram no ano de 1833, período da Regência Trina Permanente. A primeira edição dos pasquins começou a circular a partir de 14 de setembro. O primeiro pasquim e o que teve o maior número de impressões, foi *O Homem de Cor*, que, a partir do terceiro exemplar, passou a se chamar *O Mulato ou O Homem de Cor*, sendo uma criação do tipógrafo negro Francisco de Paula Brito. Ele era natural do Rio de Janeiro, filho do carpinteiro de origem humilde, Jacintho Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição Brito, uma negra nascida livre. O papel decisivo na vida de Paula Brito foi de seu avô materno, Martinho Pereira de Brito, com quem morou alguns anos fora da Corte, pois teve que deixá-la devido à baixa condição de vida de sua família e retornando em 1824 (GONDIM,

1965). Em uma publicação do jornal *Marmota Fluminense*, Paula Brito escreveu em 1856, que era “pessoa pouco letrada”, no início do jornalismo, quando começou como editor do Jornal do Comércio (GONDIM, 1965, p. 20). Apesar disso, ele contribuiu para o movimento editorial literário no Brasil. Em sua tipografia também foram impressos outros periódicos, como, *O Restaurador*, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada* e *A Marmota na Corte*, que depois passou a se chamar *Marmota Fluminense*. Foram publicadas também obras do escritor Machado de Assis, que fora apadrinhado por Brito, como, por exemplo, o romance *O Filho do Pescador* e o poema *Ela* (PINTO, 2006).

**Imagen 2:** Francisco de Paula Brito



Fonte: Internet

Em relação à quantidade dos jornais publicados no período em questão, Lima (1998) afirma que o objetivo de seus redatores era criar um ato político específico, ainda que fosse apenas uma edição.

A partir dos títulos dos jornais, o que se percebe entre eles é que havia um reconhecimento da identidade negra, ao usar nos títulos os termos mulato<sup>11</sup>, pardo, cabrito, relacionados às pessoas negras. Buscava-se, com isso, uma forma de autoafirmação e de valorização da identidade racial, com a finalidade de defender a causa da população de cor, jornais escritos por negros para negros. Tal afirmação da identidade presente nos títulos representa também um sentimento de grupo. Para Azevedo (2005), essa autoafirmação da cor era um desejo de se contrapor à tradicional hierarquia social ligada ao período da colonização portuguesa no Brasil. Porém, a explicação de Pinto (2006) parece ser mais plausível, ao afirmar

---

<sup>11</sup> O termo mulato é considerado pejorativo, pois deriva de mula. Porém, durante o período colonial e no Império, era considerado normal.

que os jornais pretendiam, com isso, introduzir ou fortalecer um sentimento de coletividade entre os negros livres e libertos. Tal constatação é verificada na forma como os redatores escreviam os jornais, ao utilizar o pronome *nós* em diversos textos, sendo uma forma de incluir-se nos textos e dirigindo-se aos leitores para reagirem contra as situações consideradas injustas.

Em relação ao significado dos termos utilizados, Mattos (2000) explica que a categoria “pardo” era comum no final do período colonial e tinha um significado mais amplo que o termo “mulato”, que estava ligado à mestiçagem, ou mestiço. De acordo com a historiadora, “negro” e “preto” eram usados para classificar escravos e forros durante todo o período colonial e meados do século XIX. O termo “preto” era utilizado também como sinônimo de africano.

Havia em comum também entre os pasquins a forma como eram elaborados. Nos termos de Pinto (2006):

nenhum deles exibe um modo linear para contar as histórias. Tal descontinuidade se mostra ainda em outros procedimentos: no tempo de vida reduzido dos jornais; no jeito como as matérias eram escritas e ordenadas nas páginas, não havendo seções fixas e/ou temáticas – nem mesmo em *O Homem de Cor*, o pasquim de maior duração –; na não-existência de uma abordagem única sobre os assuntos; bem como nas mensagens tantas vezes cifradas, principalmente para o leitor da atualidade (PINTO, 2006, p. 67).

Os periódicos encontrados também traziam, em suas edições, epígrafes abaixo dos títulos, que, em geral, mostravam o que defendiam, por meio de críticas, ironizando as situações acontecidas no país ou enfrentando o governo. No Caso d'*O Cabrito*, por exemplo, aparecia nas duas edições “Esta folha sairá quando seu redator anunciar”, indicando uma forma de enfrentar o poder político dominante.

Diversos jornais da imprensa negra salientavam as disputas partidárias entre os grupos moderados, exaltados e restauradores. Além disso, todos os jornais consultados destacam a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, como um grande feito, dos quais alguns redatores dos jornais, devido à sua posição política contrária ao Imperador, colaboraram diretamente para isso acontecer, reivindicando, desse modo, participação política, na sociedade, para os negros. Outro tema comum entre eles, presente nessas publicações, era a preocupação com o retorno do Imperador ao trono, combatendo aqueles que defendiam a restauração. Na segunda edição, o redator d'*O Homem de Cor*, denuncia “A Sociedade Federal daquela província [Pernambuco] em data de 15 de agosto pede nada menos que a suspensão de garantias, assombrada como parece pela volta do Duque de Bragança” (HC, n. 2, p.1).

Um dos interesses desse grupo de escritores negros era a participação política no governo. De acordo com o artigo 6, inciso I, da Constituição de 1824, os cidadãos brasileiros são “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja

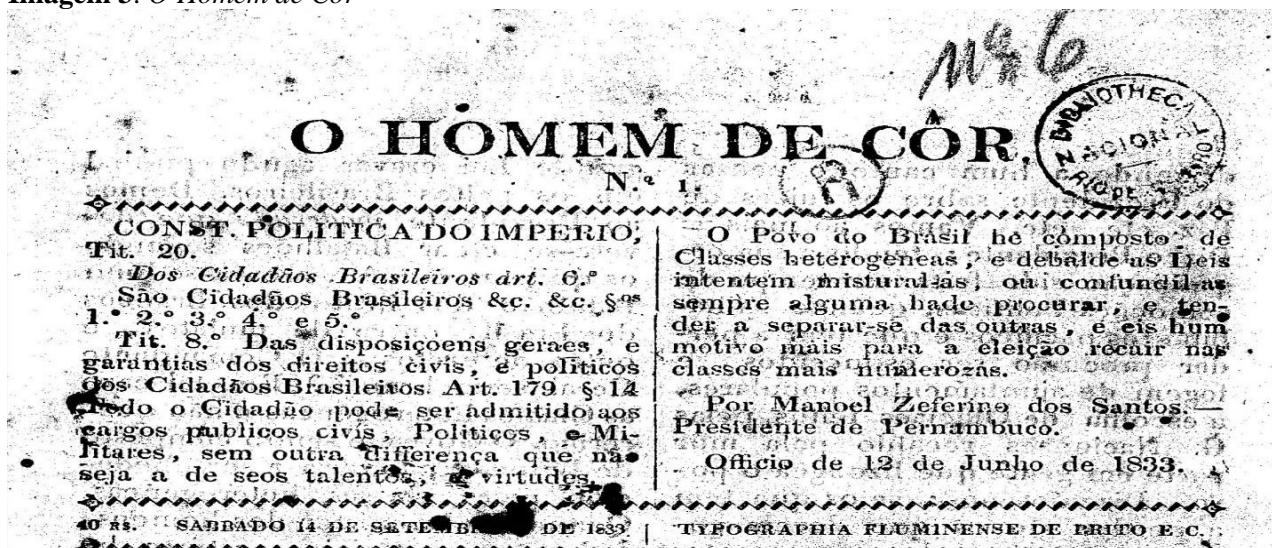
estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”. Assim, eles possuíam o direito, mas não era cumprido pelo governo durante o Período Regencial. Segundo o pasquim *O Meia Cara*, havia o desejo que o preceito constitucional fosse cumprido: “Enfim a pedra filosofal não há de ser eterna, e talvez que ainda todos os pardos, venha dia em que gozem das garantias que a Constituição em geral concede a todos os que são Brasileiros, sem distinção de partidos” (MC, n. 2, p. 2).

Tais pasquins da imprensa negra lutavam, segundo Mattos (2000), pela igualdade de direitos entre os cidadãos brasileiros independentes da cor. A igualdade de direitos entre a população livre acontecia pela distinção entre cidadãos livres e escravizados. Segundo a autora, a Constituição de 1824 acabou com o dispositivo colonial da mancha de sangue, utilizado no período colonial, e reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os, somente, em relação aos direitos políticos, em função de suas posses.

A partir dos assuntos publicados, em relação à forma, havia em comum entre todos os pasquins localizados da imprensa negra, linguagens comedidas, comportadas, elegantes, virulentas e jocosas (LIMA, 1998).

O pasquim *O Homem de Cor* trazia em seu cabeçalho, como epígrafe, nas cinco edições, a definição de cidadãos brasileiros extraída do artigo sexto da Constituição, de um lado, e um trecho de um ofício do então presidente de Pernambuco, Manuel Zeferino do Santos, de 12 de junho de 1833, sobre a composição do povo brasileiro, do outro lado, que dizia: “O povo do Brasil é composto de classes heterogêneas, e debalde as leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas” (HC, n. 1, p. 1). A definição presente na Constituição era importante, porque mostrava que a população negra livre possuía direitos e todos podiam participar dos cargos públicos, o que foi um dos pontos chaves do pasquim. Essa proposta era classificada, no início do pasquim, como sendo um “parto monstruoso e revoltante” (HC, n. 1, p. 1), que deveria ser combatida.

Imagen 3: *O Homem de Cor*



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701815&pesq=&pagfis=1>

O primeiro artigo do pasquim começava explicando tais ideias opostas, relacionadas à intenção do presidente pernambucano em dividir as classes sociais, a partir da criação da Guarda Nacional, em 1831. O editor discordava da medida, por contrariar a Carta de 1824 que, segundo ele, iria dividir as pessoas: “a ideia de divisão das Classes fere de morte a Constituição do Império”. Na interpretação de Morel (2016), o uso das palavras *classe* e *constituição* significa que Constituição representa unidade, enquanto classe significa a separação da nação, algo que para o redator deveria ser evitado a qualquer custo, pois isso prejudicaria, principalmente, a população negra.

O trecho do ofício é explicado e rebatido pelo redator da seguinte forma:

Debalde dizemos nós, quer o Presidente e seus asseclas não confundirem as classes, a diferença entre nós está na razão da ciência e da virtude entre a estupidez e o vício: o título 2º da Constituição marcando os Cidadãos Brasileiros não distinguiu o roxo do amarelo o vermelho do preto, mas o ditador Zeferino; na Pátria dos Agostinhos, e Canecas, ousou em menoscabo da grande Lei cravar agudo punhal nos peitos Brasileiros (HC, n. 1, p. 2).

A proposta do presidente de Pernambuco era criar batalhões “segundo os quilates da cor, criava-se um Batalhão dos intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outros de pretos” (HC, n. 1, p. 2). O redator ironizava a proposta questionando “O Comandante Geral seria branco?”. Em caso afirmativo, “as classes heterogêneas o não quereriam”. A ideia de classe, naquele momento, estava ligada à questão racial, ou seja, a população branca não gostaria de ser comandada por uma pessoa negra. Por parte do governo, havia o medo de que a população negra, que era numerosa, ocupasse os postos mais altos, segundo o presidente pernambucano.

As disputas político-partidárias também foram associadas ao tema da criação da Guarda Nacional. De acordo com o redator: “Saiba o presidente *moderado*, que os exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia e nada se lhes dá de serem comandados por muitos das classes heterogêneas” (HC, n. 1, p. 2). Ou seja, apesar das divergências políticas, a convivência entre os grupos de diferentes cores e partidos era considerada pacífica.

Ainda sobre essa temática, o editor do pasquim convocava os leitores a reagir: “mulatos e pretos tomai vosso lugar, sois maioria atrevida” (HC, n. 1, p. 2). O redator concluiu e propunha como medida “fazei votos para que o governo acorde e demita a um presidente promotor da anarquia e das dissensões entre as classes do Brasil”. Percebe-se também que o escritor dialogava com seus leitores, buscando uma forma de aproximação entre eles.

Tema bastante presente nas edições de *O Homem de Cor* era, segundo o redator do pasquim, a perseguição política praticada pelo governo aos membros da oposição e o desrespeito à Carta Constitucional. Na terceira edição, o escritor afirmava: “A marcha da administração continua sempre em hostilidade com os princípios liberais, a perseguição aos homens de 6 de Abril tem-se tornado atroz e insuportável, são fatos que os moderados jamais poderão negar” (MHC, n. 3, p. 2).

Novamente, sobre esse tema, na quinta edição, o redator afirma: “não sabemos o motivo porque os brancos moderados nos hão declarado guerra” (MHC, n. 5, p. 4). Essa frase mostra como o redator e a maioria dos jornais negros enxergavam os ataques sofridos por parte do governo, que segundo eles eram constantes, motivados por questões políticas e raciais.

Havia também uma ligação entre a questão política e a questão racial. De acordo com o editor do pasquim, dirigindo-se aos leitores do periódico: “Homens de cor que vergonhosamente servis aos moderados deixai de serdes instrumento de uma facção perjura e antinacional” (MHC, n. 5, p. 1). Percebe-se que havia negros no partido moderado e que o correto seria encontrá-los no grupo exaltado, pois esse grupo político lutava por melhores condições de vida para a população negra livre e não oprimia os demais.

A partir da terceira edição, o pasquim passou a se chamar *O Mulato ou O Homem de Cor*. Seu redator não escreveu um texto explicando sobre a mudança do título do jornal. De acordo com Azevedo (2005), a alteração do nome servia para indicar melhor todas as cores da população afrodescendente e não apenas uma.

Nas páginas d’*O Mulato*, a questão política do cotidiano também estava presente. Por meio do periódico, o redator defendia o cumprimento das leis do país e a participação política dos negros. O pasquim atribuía a si, como missão, a defesa dos princípios constitucionais,

assumindo o compromisso de lutar por isso, a fim de combater as práticas consideradas erradas feitas pelo governo. Segundo o escritor:

Criminoso seria o homem de cor, se na crise mais arriscada, na ocasião em que os agentes do Poder desembainham as espadas dando profundos golpes na Constituição, na Liberdade, e em tudo o que há mais sagrado no enjeitado Brasil guardasse mudo silêncio (MHC, n. 4, p. 1).

O pasquim também mostrava a situação sofrida pelos homens negros, principalmente aqueles que participaram do movimento de 6 de abril de 1831, véspera da abdicação de D. Pedro I. Segundo o redator: “A Brigada não existe hoje no porão da Presiganga<sup>12</sup> porque é composta de homens de cor!” (HC, n. 2, p. 2). Nota-se que o governo, segundo o pasquim, atuava de formas diferentes, isto é, alguns homens que participaram do movimento conseguiram ocupar postos na administração, enquanto outros foram perseguidos, sendo presos e demitidos de seus cargos.

Uma pauta que fez parte das cinco edições de *O Homem de Cor* foi o assassinato do redator do jornal *Brasil Aflito*, Clemente José de Oliveira, por Carlos Miguel de Lima, filho do regente Francisco de Lima e Silva. Paula Brito protestava pelo fato de o assassino ter ficado impune por ser filho do regente. Além disso, ocorreram outros episódios relacionados a essa morte que foram sendo retomados durante sua circulação, como a prisão de Maurício José de Lafuente. Porém, de acordo com o *Brasileiro Pardo*, o filho do regente estava preso e desfrutando de privilégios na prisão.

Diz o redator do *Mulato*:

tudo nos obriga a bradar justiça; e se o pobre o desvalido sofre o rigor das leis, ao passo, que o poderoso escarnece delas quase maquinamente gritamos, vingança. Sim na Capital do Império em face da Assembleia Geral, do Governo, e dos Tribunais ficará impune um assassinato cometido por Carlos Miguel de Lima, o dеспota Feijó mandaria lançar no livro da posteridade o nome deste sanguinário, a facção moderada se um dia o povo acorda do letargo e toma conta de tantas atrocidades, tremam todos os tiranos que a vítima da Liberdade será vingada, e os infames ceifados pela espada justiceira da opinião pública (MHC, n. 3, p. 1).

Em função da impunidade, o redator ironizava a situação, clamando: “O homem de cor que tem muito medo do peixe espada pede ao filho do regente que lhe conceda alguns dias de vida” (MHC, n. 3, p. 3).

Outro caso ligado ao assassinato de Oliveira foi a demissão das forças armadas de Constantino Marçal de Souza, que servia como cadete. O pasquim afirma que o afastamento

---

<sup>12</sup> Presiganga era o nome de um navio que havia sido desativado e utilizado como prisão.

ocorreu por ter acompanhado o enterro do redator do *Brasil Aflito*. Sua demissão foi considerada por péssima conduta pelo comandante das armas em que Constantino serviu.

O pasquim *O Mulato ou O Homem de Cor* procurava mostrar, nas suas páginas, as diferenças raciais existentes na sociedade do século XIX, que negava o direito de atuação política dos homens que não eram brancos:

Desnecessário mostrar-vos, imparciais leitores, que os nossos governantes só tratam de fazer guerra aos mulatos; e mais nos atropelam aqueles que não podendo deixar de mostrar que tem raça misturada querem hoje exterminar a gente de cor a quem a Aurora chamou maioria atrevida (MHC, n. 4, p. 2 – 3).

Ainda concernente à questão da cor, na mesma edição, o redator de *O Mulato* comenta o fato de não existir representação política: “Nas eleições tivemos o exemplo, não há um representante das nossas cores, dos empregos públicos, e de toda a parte nos excluíram”. Para o redator, esse era um dos motivos de existir a “perseguição” política. Ele prossegue o texto associando à questão política:

e vós ó escravos, que mamando na teta de tais feras lhes estais dando força, desenganai-vos, pois os moderados não fazem caso de vós por serdes mulatos, deixai de uma vez esse partido infame, e antibrasileiro que vos julga menos que seus escravos, e vinde de novo alistar-vos nas nossas exaltadas fileiras (MHC, n. 4, p. 4).

Havia uma forte crítica, por parte do pasquim, ao fato de negros e mulatos participarem do partido considerado errado, conforme a passagem abaixo:

O homem de cor, que ama sua pátria, e protesta morrer pela igualdade das leis, não muda de partido, a vista de tais arbitrariedades, ele se enraivece, batendo de porta em porta diz aos seus iguais: Eis, ó entes desgraçados, que servis debaixo das bandeiras da moderação, o prêmio que recebeis da vossa servidão, os moderados treparam sobre os vossos ombros em sete de abril. (MHC, n. 4, p. 3)

A identificação político-partidária era assumida claramente pelo redator do pasquim: “Nós somos homens como vós, somos livres, somos Exaltados, somos Brasileiros, não seremos vossos escravos, os vossos despotismos praticados em homens da nossa cor não nos alterará, e vós sentireis ainda a nossa falta”. (MHC, n. 4, p. 4). A citação confirma o fato de que a imprensa era usada como meio de definir uma identidade política contra o grupo adversário.

A edição número quatro, de 29 de outubro de 1833, foi intitulada *Prisão arbitrária do Sr. Lafuente*. Ela foi dedicada exclusivamente a apresentar e contestar a prisão de Maurício José de Lafuente, ocorrida em 19 de outubro. Segundo o redator, o motivo da prisão foi pelo fato de Lafuente estar armado, sendo que ele possuía autorização. Nos termos do pasquim: “Assim é, que hoje alguns moderados pagam ao seu benfeitor; porém estes serviços seriam tomados em

consideração, se o Sr. Lafuente não tivesse a pecha de ser mulato, único motivo que deu a sua prisão” (MHC, n. 4, p. 2).

Lafuente era descrito pelo periódico como um verdadeiro americano, um patriota honrado. Tendo sido acusado pelas folhas governamentais “com epítetos de pelintra, já de caloteiro, já de vadio, rusguento, anarquista, restaurador, etc. e sem que nada disso tenham provado”. Ele também havia sido chamado, em 1817, de “bode, negro, e outros insultos próprios dos vingativos moderados” (MHC, n. 4, p. 1).

Conforme o pasquim, Lafuente fora conduzido à cadeia violentamente, ficando incomunicável, sem saber a causa de sua prisão, pois, até a noite, não havia sido informado o motivo e estava com a perna machucada sem receber tratamento adequado.

Na sua quinta edição, publicada em 4 de novembro de 1833, o assunto é novamente retomado e o redator colocou-se como testemunha desse ato:

Se o redator do Homem de Cor estivesse longe da Capital mal poderia crer, que as leis fossem tão escancaradas calcadas a pés, que o governo se temesse de um cidadão simples, que a pretexto de vadio se prendesse” mal poderíamos crer que o golpe de Estado começaria pelos homens de cor por aqueles primeiros a abraçarem-se pela causa do Brasil. (MHC, n. 5, p. 2)

Um dos objetivos da criação dos pasquins, que era combater a discriminação contra os negros, é evidenciado na última edição: “Quando dizemos, que se persegue aos homens de cor, gritam os *chimangos* apresentem provas! E quando as damos ao público eles metem logo a ridículo, arma sempre do fraco” (MHC, n. 5, p. 4).

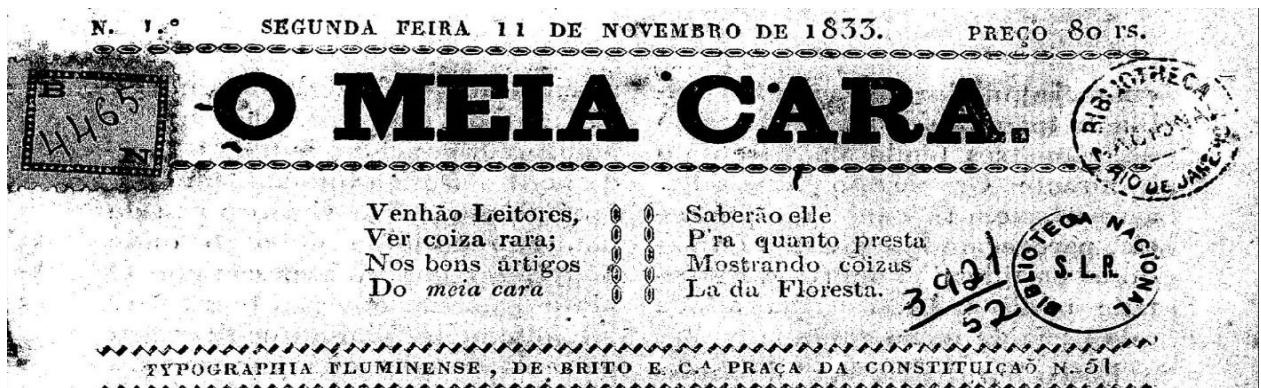
O interessante a notar é que o pasquim previa a continuação de suas publicações, mas acabou sendo interrompido na quinta edição. O motivo que levou ao encerramento não é conhecido, entretanto ficou evidente que tal periódico contribuiu para a discussão dos problemas enfrentados pelos negros, lutando também pelo direito de participação política, que era uma prerrogativa garantida pela Constituição de 1824.

Paralelamente à edição d’*O Homem de Cor*, Paula Brito publicou outro pasquim, *O Meia Cara*. Foram feitas duas edições em 11 de novembro e em 15 de dezembro, com 8 páginas cada. O título referia-se aos africanos que eram importados ilegalmente, e apreendidos, contrariando a lei de 1831, que proibia a importação de escravizados, ficando conhecidos como africanos livres ou, vulgarmente, de “meia-cara” que ficavam sob a tutela do Estado (BERTIN, 2006). Porém, nesse pasquim, o redator fazia várias ironias ao governo, afirmando ser um defensor dele, tratando de conteúdos políticos. Na segunda edição, a questão racial é abordada, ao comentar a prisão de Maurício José de Lafuente:

Mas enfim Lafuente é mulato, e esses Ladrões que têm roubado a Nação a maior parte são brancos, e pertencem ao partido dos homens que não sendo de cacete e punhal, roubam sem piedade. Enfim, a pedra filosofal não há de ser eterna, e talvez que ainda todos os pardos, venha [um] dia em que gozem das garantias que a Constituição em geral concede a todos os que são brasileiros, sem distinção de partidos (MC, n. 2, p. 1-2).

Mais uma vez, o redator do pasquim lembrava que os direitos constitucionais não eram cumpridos pelo Governo e desejava que os homens negros os tivessem. Além da injustiça contra um mulato, a diferença social existente entre brancos e negros e as diferenças político-partidárias.

**Imagen 4:** *O Meia Cara*



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701793&pesq=&pagfis=1>

Em outra passagem do mesmo número, Paula Brito novamente lembrava que esses direitos políticos eram constantemente desrespeitados e as disputas entre os partidos políticos ocorriam constantemente:

Nós vamos de dia a dia a cair no último estado de desgraça, as diversas seitas políticas em que ora nos dividimos, só servem de pôr em risco o edifício social, e de gloriar os nossos inimigos, para deste modo zombarem da nossa Liberdade, e dos nossos direitos, convém fazer respeitar as garantias que a Lei nos concede, e abandonarmos vãos prejuízos filhos da intriga, manejada por perversos que pretendem firmar sua estabilidade à custa da nossa boa fé. (MC, n. 2, p. 5-6).

No dia 21 de outubro de 1833, foi publicada a única edição do pasquim intitulado *Brasileiro Pardo*, cuja autoria é desconhecida. Ele era marcado pela escrita em primeira pessoa do singular e, em alguns momentos, na primeira pessoa do plural. Tal fato revela o redator colocando-se como testemunha dos acontecimentos relatados e incluindo-se no texto para dirigir-se ao leitor. Nele também eram retratadas as acusações de discriminação racial contra a população parda. Logo de início, o editor procurava ressaltar os benefícios perdidos pelos homens de cor, devido à mudança de governo:

Quando o Duque de Bragança era Imperador do Brasil, não obstante ver eu nas repartições públicas, no ministério, e até na Câmara dos Senadores alguns pardos; e de que o então Imperador se não esquecia deles mesmo para a casa Imperial, e que os tratava bem, que lhes dava patentes condecorações, etc" (BP, n. 1, p. 1).

**Imagen 5:** Brasileiro Pardo



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702730&pesq=&pagfis=1>

Havia ainda o reconhecimento concedido à população parda, que era comemorado pelo editor do pasquim, mas com ressalvas:

(...) quando D. Pedro despachava algum homem de cor, eu atribuía a graça a quantos motivos podiam ocorrer-me, menos porém a afeição do Príncipe para com os homens de minha classe assim como eu, muitos outros, talvez a totalidade, dos pardos igualmente pensavam; daqui nascia que nós fossemos um elemento certo, e seguro com que a oposição de então contava: em verdade, quanto os homens se enganam" (BP, n. 1, p. 1).

O escritor do pasquim procurava, portanto, demonstrar que compreendia a intenção dos atos de D. Pedro I, ao conceder as honrarias aos homens pardos e isso gerou um sentimento de ilusão por parte dos homens pardos ao não serem mais contemplados com as honrarias.

Em função das perdas sofridas por esses homens, o redator demonstrava notório desapontamento com a mudança de governo, principalmente, devido às perdas ocorridas para a população de cor:

Veio o 7 de abril, muita festa; viva o Evaristo; ramos de café, foi-se o tirano, estamos livres dos chumbos que estão como lá dizem, com dores de barriga; tal, sim senhor, etc: porém que diabo foi o que fiz eu, e os mais da minha cor, e os brasileiros brancos, e toda a gente que caiu no laço? Fizemos a maior das asneiras, demos a maior das cabeçadas desse mundo! (...) mas pelo lado dos resultados que consigo tem acarretado a revolução, força é confessar que foi o dia 7 de abril um dia de verdadeiro luto, como origem de todas as desgraças que laceram o país. (BP, n. 1, p. 1-2)

Mais à frente, o redator destacava outra mudança ocorrida durante a Regência: "Nós, os pardos, com a exclusão dos libertos, da Guarda Nacional, já ficamos reduzidos a não podermos pertencer-lhe senão aqueles dentre nós que nasceram livres." (BP, n. 1, p. 2). Esse fato foi

abordado também pelo *O Homem de Cor*. Em relação às mudanças realizadas pelo governo, o redator do *Brasileiro Pardo* afirmava: “Entrou a causa a desagradar-me logo que me faltaram a mim a todos com o que se nos havia prometido, e eles sempre a darem-nos desculpas de mau pagador.” (BP, n. 1, p. 2) Havia por parte dos homens pardos uma insatisfação com a Regência, pois eles não tinham os mesmos direitos que os homens brancos e recebiam apenas promessas.

O único fato a ser comemorado com a abdicação do imperador, segundo o pasquim, era a ascensão ao trono de D. Pedro II, que era considerado brasileiro. Diz o pasquim:

Verdade é que o Sr. D. Pedro 2º subiu ao trono de seu pai, e que o 7 de abril, encarado por esse lado, é um verdadeiro dia de júbilo; por isso que não é possível deixar de simpatizar com um nosso patrício, inocente nascido e criado no século das luzes, e que um dia fazer a ventura dos brasileiros, mas pelo lado dos resultados que consigo tem acarretado a revolução, força é confessar que foi o dia 7 de abril um dia de verdadeiro luto, como origem de todas as desgraças que laceram o país (BP, n. 1, p. 1-2).

Um assunto abordado pelo pasquim foi a prisão de um escravizado, que havia sido testemunhado pelo próprio escritor. Segundo ele, um homem armado com uma faca foi encontrado por capitães do mato e levado para o juiz de paz. Como punição, o magistrado determinou 50 chibatadas e o uso de um ferro no pescoço, mas a sentença não foi aplicada ao escravizado. O redator afirma que o julgamento dele ocorreu sem a presença de seu dono no tribunal. De acordo com o pasquim, o dono do negro era bem relacionado e, por isso, a punição não foi cumprida. O editor do jornal concluiu o assunto: “Desta história se conhece que é preciso ser amigo, escravo, bajulador do governo, para se obter o que quiser” (BP, n. 1, p. 3). Percebe-se nesse caso, que o escravizado era tratado pelos pasquins da imprensa negra como o outro, não havendo uma identificação com o negro.

Outros temas também trabalhados pelo *Brasileiro Pardo*, que eram comuns aos pasquins *O Homem de Cor* e *O Meia Cara*, foram a prisão de Lafuente e o assassinato do redator do *Brasil Aflito*. Sobre a morte do redator, o pasquim afirma que o filho do regente estava preso, mas “com todas as comodidades no quartel do Campo” (BP, n. 1, p. 4). Em relação à prisão de Lafuente, o redator questionava o fato de o escravizado citado acima ter sido liberado por ter um patrono, enquanto Lafuente, mesmo tendo licença de andar armado e ser um homem livre, ter sido preso.

Outro jornal da imprensa negra, sem autoria conhecida, foi *O Cabrito*, que teve duas edições publicadas em 7 e 20 de novembro de 1833, cada uma com 8 páginas, sendo as quatro primeiras páginas, de cada edição, com texto e as demais com a publicação de listas de restauradores e deportados conhecidos. O primeiro texto do pasquim começava falando sobre o destino do Brasil e a ausência do negro na sociedade:

Não podes Brasil de maneira alguma marchar com passos agigantados para tua prosperidade. Se ti é mãe desvelada a natureza, sempre ti é madrasta a fortuna. A Providência te proporcionou meios para que um dia sejas alistado no número das Nações cultas e civilizadas; porém ainda não quer por ora o negro fado a sua execução e realidade (OC, n. 1, p. 1).

**Imagen 6: *O Cabrito***



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701734&pesq=&pagfis=1>

Na primeira edição, o redator anunciava quem escrevia o jornal da seguinte forma:

Brasileiros mulatos, um cabrito vosso patrício é quem vos vai falar; não é um filho de cacheu, que se finge de pardo para vos iludir; é um cabrito que hoje ainda tem manchas no corpo recebidas na rua da Quitanda, Pescadores, Rosário etc: é um cabrito que não é moderado, e que não se unirá a eles (...) é um cabrito, que ainda conserva em memória as expressões de que se serviram os insolentes garrafistas de Março (...) (OC, n. 1, p. 2).

A partir da citação acima, podemos identificar que o redator afirmava a sua identidade negra, sem querer enganar o leitor, e ainda sua atuação política, fazendo parte da oposição ao governo regencial.

Na segunda edição, o redator do pasquim denunciava as situações consideradas injustas que aconteciam com os brasileiros, mas sem mencionar quais eram elas e contra qual grupo social se dirigiam:

Os brasileiros tão cruelmente ofendidos, os brasileiros; que se ameaça ainda com prisões parciais, e injustas, nutrem em seu peito a indignação mais bem fundada, e mais profunda, não sendo possível calcular até onde chegaram os seus resultados, se acaso o Governo não coibir desde já semelhantes desordens (...) (OC, n. 2, p. 2).

O último texto da segunda edição d'*O Cabrito* convocava as pessoas a subscreverem o jornal por 24 números, com duas edições semanais, assim que o número de assinantes fosse suficiente. Porém, esse pasquim não teve as edições previstas, sendo encerrado na segunda publicação. O interessante é que o pasquim trazia como epígrafe na segunda edição “Esta folha

sairá quando seu redator anunciar”, o que representava o caráter irregular das publicações, além do enfrentamento aos opositores e ao governo.

Outro jornal da imprensa negra, *O Lafuente*, com única edição, publicada em 16 de novembro de 1833, era uma homenagem a Maurício José de Lafuente, um jovem mulato que segundo *O Homem de Cor*, foi preso por andar armado. O pasquim procura mostrar seus objetivos, publicando o seguinte texto sobre a situação política do país:

É necessário que o Brasil todo conheça o estado de aviltamento, a que o tem conduzido uma horda malvada de antropófagos canibais prontos a devorar seus semelhantes se daí lhe resulta alguns bens posto que efêmeros: é necessário que a verdade rompa as trevas que a cobrem, e apareça radiante avessa aos tiranos e a tirania: é necessário que as nações cultas conheçam todas que o Brasil detesta esta administração sanguinária e traiçoeira, e que a sofre porque as espadas, a pólvora, e as bocas de bronze prestes a descarregar a morte, o tem posto em coação (LF, n. 1, p. 1).

**Imagen 7: *O Lafuente***



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702374&pesq=&pafis=1>

Logo no início do pasquim, destacavam-se as qualidades de Lafuente e suas contribuições: “O Lafuente, este moço generoso, amante do Brasil, resoluto, corajoso, inimigo de todos os despotas, patriotas, e mártir da liberdade vai alentar os ânimos aos Brasileiros timoratos (...).” De acordo com o pasquim, Lafuente já havia sido alvo do governo: “não é a primeira vez que o despotismo vê-se envergonhado diante deste jovem, que tem sido sua vítima, o tem sabido vencer” (LF, n. 1, p. 1). O motivo da prisão de Lafuente não foi explicado, possivelmente, por ser um fato que já era de conhecimento da população, pelo menos, a negra. Assim, o editor achou melhor ressaltar as qualidades dele e protestar contra a sua prisão.

Uma forma adotada por vários pasquins da imprensa negra era conamar a população negra para os fatos acontecidos e motivar a luta contra as discriminações raciais. Dessa forma, *O Lafuente* afirmava: “Cidadãos Brasileiros de cor, escutai-lhe a voz, ouvi-lhe os brados, e morrerão os despotas que o tiranizam, e nos oprimem” (LF, n. 1, p. 1). Em outra passagem, o

editor estabelecia um diálogo com o leitor: “é possível, Cidadãos de cor, amigos entusiastas da Liberdade que consintais que a corja de pelintras e de caturras vos açoite, vos assassine, vos envie a ser pasto de tubarão?” (LF, n. 1, p. 1-2).

A situação política também era abordada pelo *O Lafuente*, ao defender a Constituição do país:

(...) e porque não gritaremos agora às armas para defender a Constituição, o trono do Sr. D. Pedro 2º, e a permanência da Regência responsável, cujo baque os chimangos pretendem realizar? O Lafuente não cessará de clamar-vos alerta! Até que seus brados vos acordem do sono em que jazeis as bordas do abismo (LF, n. 1, p. 2).

Outra situação política apontada refere-se à situação dos partidos, sobre a qual o pasquim questiona: “Acaso são os homens de cor parasitas sem vergonha, e sem caráter, ladrões, perjuros, e assassinos? Homens briosos, inimigos da tirania, e da ladroeira não podem jamais ser adidos ao partido que os açoita, e agasalha, que rouba, perjura” (LF, n. 1, p. 2).

O redator, cuja identidade é desconhecida, justifica a escolha do nome do pasquim: “o jovem cujo nome tomei para o meu periódico, teve de sofrer tratamentos os mais ferinos a bordo da Presiganga.” (LF, n. 1, p. 2) A esse respeito, Sodré (1977) supõe que ele foi criado pelo próprio Lafuente na prisão, tendo sido escrito por ele e publicado por outra pessoa.

Mais à frente, o redator interroga sobre a situação de Lafuente e do país:

Quando se viu num país constitucional que um prepotente e malvado Ministro, escarnecedo das leis, calcando aos pés a decência, apunhalando a Constituição, lance mão de um cidadão honrado, avesso a desordens, pacífico, e industrioso, e arbitrariamente o mande lançar num cárcere carregado de ferros, e sem atenção a classe inteira da sociedade, que assim se ofende, mandá-lo em um navio com ordem talvez de o lançarem ao mar, para ver se desta forma se viam desassombrados de um inimigo da tirania, e por conseguinte seu inimigo? (LF, n. 1, p. 4)

Na conclusão da edição, o redator do pasquim apontava o fato de ser um homem negro livre: “somos livres, entoemos hinos de louvor, e aprendamos com o exemplo destes a fugir outros malvados: ah! Se a esperança não me ilude, o dia não tarda, em que desaparecerão da face da terra os monstros, que subiram ao poder em 7 de Abril” (LF, n. 1, p. 4). Percebe-se que os redatores das folhas da imprensa negra procuravam se distanciar da sociedade escravista, afirmindo que eram pessoas livres.

Um fato comum aos periódicos da imprensa negra era a omissão sobre o sistema escravista, sobre o qual não havia críticas. Nas páginas dos pasquins, a preocupação dos redatores era com os homens negros livres. Constantemente havia a reivindicação por direitos de participação política. Uma vez no poder, talvez, pudesse haver alguma medida que beneficiasse os milhares de escravizados do país. Outro ponto importante sobre os pasquins

dizia respeito ao fato de que era necessária a manutenção da monarquia, para que a Constituição de 1824 fosse cumprida e, consequentemente, os direitos desses homens livres fossem respeitados.

As poucas páginas dos pasquins da imprensa negra e a breve circulação na sociedade, não permitem saber qual foi o alcance que tiveram com suas publicações e se tais queixas foram ouvidas pelos governantes. Entretanto, esses pasquins contribuem para o aprendizado sobre a História do período e para promover uma educação antirracista, pois foram os pioneiros na imprensa negra no Brasil.

Em suma, procurei destacar os fatos mais relevantes relatados pelos jornais mencionados nesta pesquisa, a fim de que pudessem justificar as criações de tais periódicos, que deixaram evidente a luta por direitos políticos para os homens negros livres. Considerando o que foi exposto, é possível dizer que a utilização desses pasquins se configura como uma estratégia potente para o professor em sala de aula, conforme veremos no capítulo seguinte.

Apesar de os conceitos de raça e racismo terem sido criados no final do século XIX, tais ideias estavam presentes anteriormente, sendo frequentemente denunciadas pelos pasquins apresentados. O que estava em pauta era a luta contra a discriminação sofrida pelos negros livres durante o Período Regencial.

Percebe-se que na sociedade oitocentista, as pessoas eram discriminadas em função da cor sua pele, como o caso de Lafuente que foi preso por ser mulato. Assim, homens negros decidiram criar jornais para informar a população sobre tais casos e tentar mudar a sociedade, além de requerer o direito de participação política para os homens negros livres.

## CAPÍTULO III: TRABALHANDO COM FONTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O USO DE JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA

Nesse capítulo procurei discutir inicialmente acerca do uso de fontes históricas no Ensino de História na Educação Básica, analisando alguns benefícios do trabalho com documentos em sala de aula, visando promover uma educação antirracista. Outro objetivo desta parte foi apresentar aos professores um material didático pedagógico para ser utilizado em sala de aula, a fim de que os alunos tenham contato com as fontes da imprensa negra do século XIX, configurando-se assim, a dimensão pedagógica desta dissertação.

A partir do exposto anteriormente, cabe refletir, neste capítulo, uma articulação entre teoria, pesquisa e ensino, haja vista que tais conteúdos possam ser utilizados em sala de aula pelo professor, objetivando contribuir para estimular o aprendizado dos alunos no Ensino de História. Para isso, escolhi desenvolver, a partir dos jornais da imprensa negra do século XIX, um material didático em que possa ser trabalhado os conceitos de raça, racismo e antirracismo, a fim de promover uma educação antirracista de modo a contribuir para a diminuição do racismo na escola e possivelmente na sociedade.

### **3.1 O uso de fontes na Educação Básica**

Para desenvolver uma pesquisa na área de História, o historiador necessita utilizar fontes, que será definida de acordo com os propósitos de seu estudo. Ao analisá-las, ele precisa fazer as perguntas ao documento, para obter as respostas e produzir o conhecimento. Assim, o pesquisador confere sentido às fontes para desenvolver seu trabalho. Os documentos históricos podem ser do mesmo modo utilizadas em sala de aula na Educação Básica pelo professor, cujo intuito é facilitar o Ensino de História. A fim de compreender esse processo, é preciso entender inicialmente o que é uma fonte e seus usos na pesquisa e no ensino.

Nesse sentido, de acordo com Alberti (2019, p. 108), fonte pode ser entendida como quase toda produção humana: “documentos textuais, manuscritos e impressos, documentos sonoros, imagens, documentos audiovisuais, achados arqueológicos, edificações, objetos, esculturas, ferramentas vestimentas, utensílios etc.”. Ou seja, qualquer vestígio que, uma vez problematizado se torna importante objeto de pesquisa/ensino.

Um ponto importante a ser destacado foi a alteração proposta pela *Escola dos Annales*, no século XX, ao ampliar a concepção de fonte. Com isso, novos documentos que não apenas os escritos passaram a ser utilizados como objeto de informação para pesquisas históricas. A ampliação do significado de fontes histórias incluiu estudos sobre uma infinidade de temas e sujeitos. A mudança realizada pela *Escola dos Annales* também representou, segundo Pereira e Seffner (2008), abandonar a velha história eurocêntrica e abordar a história dos povos africanos e indígenas, que antes eram objeto de estudo da Antropologia.

Ademais, outros temas passaram a ser estudados, não apenas os grandes personagens e os acontecimentos políticos. Conforme Loriga (1998), ao trazer os excluídos da história para o primeiro plano, a partir dos anos 1980, houve a valorização da subjetividade. O pioneiro dessa atividade, segundo a autora, foi Edward P. Thompson, ao retratar sobre os vencidos da história, com o objetivo de ampliar o campo de pesquisa do historiador. Assim, podemos incluir a história dos negros, que também passou a ter relevância nos estudos historiográficos.

A inclusão de novos temas de pesquisa ocorreu, conforme Caimi (2008), a partir dos anos 1970, quando surgiu uma reorientação da pesquisa produzida no Brasil, proporcionada pelas transformações acontecidas no contexto político-social e pelo aumento dos cursos de pós-graduação. Naquele momento, surgiram, dentre outros, os estudos étnico-culturais como tema, incluindo indígenas, afrodescendentes e mestiçagem.

No campo do Ensino de História, também ocorreu uma mudança. Com a ampliação das fontes, o docente pode fazer uso de vários recursos e linguagens em sala de aula, utilizando jornais, revistas, imagens, músicas, entrevistas, dentre outras; o que permite ao aluno ter contato com a produção dos documentos. Vale lembrar, como destacam Pereira e Seffner (2008), que o uso de fontes no ensino de História decorre de uma disposição teórica pedagógica do professor e não de uma obrigação.

No caso das fontes, o professor, assim como o historiador, necessita conferir sentido aos documentos, fazendo as perguntas corretas para que os alunos compreendam como aquele material foi produzido e porque está sendo usado atualmente, já que ele foi produzido na época com objetivos distintos do ensino e da pesquisa. Outro ponto importante, para o uso do documento, é a sua escolha, pois o aluno ainda não possui a compreensão do processo histórico, que necessita ser contextualizado pelo professor ao longo das aulas, o que requer saber o momento adequado para introduzir a fonte como material didático. Ou seja, para utilizar um documento em sala de aula é preciso ter um planejamento prévio realizado pelo docente.

Além disso, o professor ao usar documentos em sala de aula, consoante Bittencourt (2008), desenvolve objetivos diferentes da pesquisa histórica, que não visam à produção de um texto historiográfico inédito ou à uma interpretação renovada de antigos acontecimentos com o uso de novas fontes, o que requer cuidado pelo professor ao transformar documentos em materiais didáticos. Nas palavras da autora,

O uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade (BITTENCOURT, 2008, p. 33).

Nesse sentido, usar documentos no contexto da Educação Básica contribui para a aprendizagem dos alunos acerca de determinados assuntos. Por isso, trabalhar com fontes escritas por pessoas negras colabora para uma educação antirracista, pois os alunos terão conhecimento de como ocorreu a luta dos negros contra as discriminações que sofriam.

No âmbito do ensino de História, as fontes históricas têm sido usadas em sala de aula, segundo Pereira e Seffner (2008), geralmente, como prova e ilustração dos argumentos e descrições escritas, decorrência de uma ânsia do professor em dar veracidade ao relato histórico. Esse uso, consoante os autores, não é o adequado, pois as fontes transformadas em materiais didáticos têm outras funções, que visam ao ensino e não a pesquisa. Vale reforçar que em sala de aula o objetivo é estimular o senso crítico dos alunos diante das evidências informadas no documento e não os transformar em pequenos historiadores.

Ainda segundo os autores, o uso de fontes pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história a pessoas que não têm como objetivo se tornar historiador, mas para as quais o conhecimento histórico pode fazer diferença na compreensão do mundo e na construção de seus projetos de vida (PEREIRA e SEFFNER, 2008). Assim, o escopo dessa pesquisa é tornar as fontes que foram elaboradas por negros protagonistas no Ensino de História, por ser um tema relevante.

Sobre o uso de fontes históricas em sala de aula, Caimi (2008) afirma que elas são usadas desde o século XX. Porém, atualmente, o objetivo na aula de História mudou, em que o documento não é mais utilizado como ilustração, motivação ou prova. A fonte é entendida como marcas do passado, possuidoras de indícios sobre situações vividas outrora. As fontes, nos termos da autora: “contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor” (CAIMI, 2008, p. 147).

Ensinar História na escola, conforme Pereira e Seffner, (2008), permite aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. Ainda segundo os autores, o ensino por meio de fontes possibilita mostrar aos alunos a complexidade da construção do conhecimento histórico feito pelos historiadores.

Sendo assim, o professor pode levar documentos para a sala de aula, a fim de que os alunos tenham contato com uma fonte histórica, para perceber o seu contexto de produção assim como a forma como foram elaborados. Isso é uma forma de enriquecer o Ensino de História e incentivar o saber na área, tornando-o significativo para os alunos.

A atividade com fontes nas aulas de história, para Alberti (2019), permite ampliar o conhecimento sobre o passado, fazendo com que os alunos percebam, na prática, como se constitui o conhecimento histórico. A autora considera que o uso de fontes possibilita que os estudantes aprendam que o conhecimento sobre o passado é o resultado intelectual do trabalho do historiador.

O uso de um documento como material didático, de acordo com Bittencourt (2008), possui várias funções: pode ser usado como ilustração, para servir de reforço a uma ideia expressa na sala de aula; fonte de informação, explicitando uma situação histórica; e, por último, para introduzir o tema de estudo, assumindo a condição de situação-problema. Surge como um desafio para o professor, que segundo a autora, estabelece os critérios para a seleção desse recurso.

O uso de documentos, para Carvalho e Zampa (2017), refere-se a um recurso pedagógico que permite o contato com o “real” e torna o processo de ensino-aprendizagem mais concreto, contribuindo para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Ou seja, as autoras atribuem ao documento o caráter de prova, porém, conforme já mencionado, isso não é primordial no Ensino de História.

A utilização de documentos, em sala de aula, segundo Pereira e Seffner (2008), pode ser pensado sob a ótica de criar e recriar o que somos, atribuindo um sentido original para o Ensino de História, em conexão com a formação da identidade dos alunos, situados em um determinado contexto histórico, que necessita ser entendido. possibilitando uma familiarização com o tema em questão.

Uma das fontes históricas que possui potencial vantajoso para o Ensino de História é o uso de jornais. Neles foram retratados os acontecimentos mais importantes e registrada a opinião do editor. Sendo, de acordo com Bittencourt (2008), um meio de comunicação importante por seu papel de formador da opinião pública ligado a diversos interesses. Para o

uso de jornais em sala de aula, Bittencourt (2008) aponta diversas possibilidades: análise dos conteúdos das notícias, da forma como são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias etc., e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal. Importante destacar que os jornais não são imparciais, procuram abordar os conteúdos de acordo com seus interesses.

No caso das fontes históricas selecionadas como objeto de estudo deste trabalho, nem todos esses elementos aparecem, pois, no século XIX, tais características ainda não estavam presentes, o que mostra também a evolução do jornal ao longo do tempo, fato que pode ser enfatizado pelo professor em sala de aula.

Em relação aos jornais da imprensa negra, foco desta pesquisa, eles permitem demonstrar que havia pessoas negras alfabetizadas que lutavam pela igualdade com os brancos, a fim de que tivessem seus direitos reconhecidos pelo governo, em busca de participação política, algo que lhes era negado. Se o trabalho com documentos é potencialmente fértil para tornar significativo o conhecimento histórico, o uso de fontes dessa natureza, jornais da imprensa negra, potencializa ainda mais a valorização do negro/a na História do Brasil e fortalece também a luta antirracista.

Ao analisar os artigos da imprensa negra do século XIX, é possível identificar e trabalhar também com algumas características do Período Regencial, como a disputa entre os partidos políticos e a luta contra a discriminação sofrida pelos negros, o que torna os pasquins um recurso relevante para o uso em sala de aula.

É importante destacar que, para os autores consultados, a escola forma cidadãos, não historiadores. Forma sujeitos capazes de historicizar a própria vida e, como consequência, promover rupturas e pôr em suas mãos os destinos da sua cidade, da comunidade, da região. Com isso, o acúmulo de conceitos históricos serve para tornar os discentes indivíduos aptos a produzir opiniões e a considerar soluções políticas para os problemas de seu tempo. (PEREIRA, SEFFNER, 2008). Assim, o Ensino de História pode contribuir para promover importantes mudanças na sociedade. Espera-se que, por meio da educação antirracista, haja benefícios para todos os discentes.

O documento norteador da Educação Básica atual, a BNCC (2018), também aconselha a utilização de fontes históricas na Educação Básica. Conforme a BNCC, o uso de documentos pode contribuir para “colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar” (BRASIL, 2018, p. 398). Ainda segundo tal documento, o uso dessa prática permite que professores e alunos desempenhem o “papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo ambos, uma ‘atitude

historiadora’ diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental” (BRASIL, 2018, p. 398). Entretanto, ao longo do texto da BNCC, não é explicitado o conceito de “atitude historiadora”.

O objetivo da BNCC, ao propor a utilização de documentos no espaço escolar, é estimular ações nas quais docentes e discentes sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, assumindo uma atitude historiadora sobre os conteúdos propostos. Convém lembrar, conforme já mencionado, que a escola forma cidadãos e não historiadores. As fontes devem ser usadas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e não para produzir uma nova interpretação de um determinado acontecimento histórico.

Assim sendo, o professor pode levar fontes históricas para a sala de aula, pois elas têm potencial para o ensino, não utilizando somente o livro didático, quando a escola o possui. No caso de fontes produzidas por afrodescendentes, elas permitem que os estudantes conheçam a luta dos negros, evitando a criação de estereótipos sobre as suas histórias, como, por exemplo, a ideia de que as pessoas negras analfabetas viviam sob total passividade em meio ao sistema escravista. Além disso, o ensino com fontes produzidas por negros é capaz de gerar representatividade para os alunos negros.

Atualmente, muitos documentos históricos foram digitalizados e estão disponíveis na internet, podendo ser facilmente acessados. No caso das fontes com as quais trabalhei, elas estão localizadas na Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional. Assim sendo, tais documentos podem e devem ser usados, pois facilitam a compreensão dos alunos a respeito dos processos históricos. No caso da imprensa negra, essas fontes permitem perceber o protagonismo dos negros nas lutas antirracistas no século XIX.

Em relação ao currículo, o tema do Período Regencial, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>13</sup>, deve ser trabalhado no 8º ano do Ensino Fundamental. Ao abordar o tema “O Brasil no século XIX”, a BNCC incluiu como objeto de conhecimento o assunto “O Período Regencial e as contestações ao poder central”, em que é mencionada a situação do escravismo no período, sugerindo abordar “revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”.

Em se tratando da questão étnico-racial, ela é mais bem trabalhada nos conteúdos do 9º ano de escolaridade. Um dos objetos de conhecimento abordado é “A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição” e “Os movimentos sociais e imprensa negra; e cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações”. Vale

---

<sup>13</sup> A BNCC foi homologada em 2017 e sua terceira versão foi apresentada em 2018. Sendo implementada oficialmente a partir de 2019.

lembra que a imprensa referida é a do século XX. Com isso, a BNCC cumpre parte dos pressupostos da Lei 10.639/03.

Em suma, a BNCC destaca temas importantes sobre a população indígena e afro-brasileira. No entanto, em alguns anos de escolaridade, a ênfase é dada por meio das tradicionais ideias, como, por exemplo, o escravismo e a resistência dos escravizados. Dessa forma, não há uma mudança significativa para o Ensino de História em relação à questão étnico-racial. A BNCC, diferentemente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)<sup>14</sup>, não apresenta os temas transversais, mas destaca alguns temas sobre diversidade étnico-racial. Com isso, o ensino de uma atividade diferenciada cabe aos professores, que executam essa tarefa de acordo com as suas próprias convicções, já que não contam com a devida orientação curricular.

Vale salientar que, mesmo apresentando alguns problemas, o documento norteador da Educação Básica destaca o uso de fontes históricas em sala de aula, o que é um avanço para o conhecimento histórico escolar.

Em suma, o trabalho com fontes em sala de aula é um recurso que pode facilitar o processo de compreensão dos fatos históricos, estimulando ainda o interesse dos alunos nas aulas de História na Educação Básica. Para isso, o professor possui um papel primordial ao escolher e trabalhar com as fontes. Particularmente as fontes escritas por negros, contribui também para uma educação antirracista, pois é capaz de mostrar a luta da população negra ao longo da História.

### **3.2 A produção de material didático**

Dezenove anos após a promulgação da Lei 10.639/03, ainda (se) percebe-se que há poucos materiais de qualidade abordando a temática africana e afro-brasileira chegando às salas de aula. Deve-se ressaltar que ao longo desses anos foram feitos avanços, mas ainda há muito a se fazer. Em função disso, procurei desenvolver um material didático para ajudar nesse aspecto, pensando também em contribuir para a redução do racismo na sociedade.

O Ensino de História assume um papel de fundamental importância quanto ao enfrentamento do racismo, já que pode fornecer elementos que conduzem à reflexão das

---

<sup>14</sup> Os PCNs são diretrizes curriculares elaboradas pelo Governo Federal, criados em 1995 e sendo publicado oficialmente em 1997, para orientar os educadores. Foi dividido em 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série e 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série. Em 2021 foi substituído pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

práticas racistas realizadas em nossa sociedade. Segundo os autores Lima e Sousa (2014, p. 4), “para se combater o racismo é necessário traçar estratégias para desconstruir processos colonialistas enraizados na sociedade e, ao mesmo tempo, reconhecer que programas educacionais representam um desses caminhos”. Conforme já observado, o racismo está estruturado na sociedade e é necessário buscar mecanismos para combatê-lo, fazer um movimento a fim de descolonizar o currículo.

Nesse sentido, de acordo com Alberti (2013), é fundamental oferecer aos alunos fontes originais, que abram a possibilidade de apreensões autênticas. Uma forma específica de realizar isso é utilizar fontes históricas escritas por negros, visto que a maior parte das fontes foram escritas por homens brancos, abordando a situação da população negra. Os pasquins do século XIX são uma maneira apropriada de trabalhar a história da população negra, pois o tema costuma ser retratado a partir das disputas com a população branca, sem mostrar o protagonismo dos negros na história. O uso de fontes elaboradas pela população de cor permite que os alunos negros se identifiquem com o tema, devido à questão da representatividade, ou seja, sentirem-se pertencer àquele cenário.

De acordo com essa perspectiva, como demonstrei na análise feita no tópico 2.3, foi elaborado um material pedagógico, que apresenta um conjunto de oficinas, para serem utilizadas pelo professor em sala de aula, cujas atividades são norteadas pelo uso de alguns jornais da imprensa negra do século XIX e pela ideia de luta antirracista. Nas propostas, pretende-se trabalhar com os conceitos de racismo, cidadania e escravidão; mesmo sem aprofundar todos eles. A ideia do material consiste na produção de jornais criados pelos alunos, visto que a escrita é uma dificuldade enfrentada por alguns desses, e na realização de debates sobre as denúncias feitas pelos jornais do século XIX. Como proposta, procurei criar um mecanismo que articule as fontes históricas e produção textual, a fim de que tais estratégias contribuam para melhorar o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, as oficinas são entendidas, de acordo com Candau (1999, p. 11), como

espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sócio-dramas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeo-debates, o trabalho com diferentes expressões da cultura popular, etc., são elementos presentes na dinâmica das oficinas.

As oficinas pedagógicas permitem que os alunos construam o conhecimento junto com o professor, por meio de ações variadas, realizando uma atividade diversificada.

Para uma oficina acontecer é necessário o desenvolvimento de várias etapas, que, conforme a educadora Candau (1999), envolvem: aproximação da realidade/sensibilização, aprofundamento/reflexão, construção, coletiva e conclusão/compromisso.

É importante que haja um material didático que conte cole a pluralidade da sociedade, pois o que se observa, em geral, é que os livros didáticos, ainda que tenham avançado bastante em relação ao tema, não tratam, satisfatoriamente, o assunto. Vale ressaltar que após a Lei 10.639/03 houve um avanço nesse conteúdo, que passou a incluir a temática africana e afro-brasileira, porém nem todos os temas foram abordados, como os pasquins da imprensa negra. Abordar a pluralidade da nossa população, valorizando a História de todos os grupos sociais é relevante, pois, segundo Cavalleiro (2001), o uso de materiais que não incluem a diversidade reforça a percepção de que determinado grupo é mais valorizado. Com isso, deve haver um equilíbrio ao tratar a História de todos os povos, sem priorizar um determinado grupo e sem reforçar estereótipos.

Tal material foi pensado, inicialmente, a partir de algumas considerações de Verena Alberti (2013). De acordo com a autora, há uma escassez de materiais didáticos sobre relações étnico-raciais. Nesse sentido, espera-se que o material proposto possa contribuir para preencher parte dessa lacuna, além de propiciar a reflexão sobre a educação antirracista, visando minimizar ou eliminar o racismo existente na sociedade.

Outro ponto que motivou a elaboração de um material direcionado à abordagem das questões étnico-raciais foi a promulgação da Lei 10.639/03. A partir disso, fica evidente a necessidade de se pensar em práticas pedagógicas que envolvam a temática antirracista. Tendo em vista essa perspectiva, procurou-se apresentar um material que estivesse em consonância com a Lei, ao abordar a luta dos negros na História do Brasil.

A abordagem da educação antirracista é importante, pois trata-se de um tema sensível, que precisa ser discutido. Esse conceito, consoante Alberti (2013), envolve uma injustiça real ou percebida, ocorrida em relação a determinado grupo. Para elaborar um material didático usando esse tema, é necessário, segundo a autora, não reforçar a questão de “vítima” ou de “sujeito passivo”. Deve-se, também, segundo a autora, respeitar as vítimas e os alunos, visando alcançar esses estudantes, sem traumatizá-los.

Assim, ao analisar a produção dos jornais da imprensa negra, podemos perceber que havia um grupo de negros livres intelectualizados denunciando as ações de discriminações raciais, no século XIX. Porém, suas publicações versavam sobre política, buscando o direito constitucional de participação política conferida a esse grupo, mas de fato não exercida.

Esse material permite refletir ainda sobre o Ensino de História, visto que o tema Período Regencial costuma ser enfatizado as disputas provinciais que ameaçaram a unidade territorial do país. Por meio da leitura dos jornais da imprensa negra, pode-se perceber que havia diversos assuntos sobre a política da época sendo comentados pelos redatores.

O material pedagógico foi pensado a partir dos jornais trabalhados, para que os alunos possam ter contato com uma fonte histórica e percebam que na composição da sociedade havia pessoas negras que não eram escravizadas e que eram letradas, pois os livros didáticos, geralmente, tendem a dicotomizar a sociedade entre brancos e negros, livres e escravizados. Atualmente, há fontes históricas disponíveis na internet, sendo de fácil acesso a professores e alunos de modo que possam permitir a ampliação com o trabalho desse material nas escolas. No caso dos pasquins do século XIX, eles estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional, na seção Hemeroteca Digital<sup>15</sup>. Assim, espera-se que esse material possa promover uma educação antirracista a partir do momento que discute assuntos pertinentes à população afro-brasileira do século XIX e dos dias atuais.

Em algumas ocasiões, pude presenciar a prática do racismo sendo cometida por alunos em sala de aula, por meio da realização de “brincadeiras” com estudantes negros. Acredito que, em parte, isso aconteça pelo desconhecimento do significado do conceito de racismo. Assim, com esse material é possível abordar o racismo na sociedade e, ao mesmo tempo, promover uma ação para eliminá-lo.

Tal material didático foi pensado inicialmente para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, pois é o momento em que o conteúdo sobre Período Regencial é trabalhado. Isso permite que os alunos conheçam desde cedo as práticas racistas para que possam rechaçá-las. O material pode ser igualmente utilizado na 2ª série do Ensino Médio, em que tal conteúdo é novamente lecionado. A atividade desenvolvida pode ser aplicada também em outras séries, mesmo sem o conteúdo específico, realizando algumas adaptações, porque mostra as discriminações sofridas pelos negros e a luta para obter direitos e sugere uma educação antirracista.

A ideia central da proposta é que os alunos reescrevam os jornais oitocentistas a partir de suas perspectivas, com temas escolhidos por eles, sugerindo modificações na estrutura social, a fim de que a população negra tenha direitos políticos e que diminuam a prática das discriminações. Essa atividade deverá ser feita após a explicação pelo professor sobre o Período Regencial e a apresentação dos jornais.

---

<sup>15</sup> <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acessado em 04/05/2022.

Outra possibilidade de atividade é refletir sobre a História do tempo presente, a partir dos pasquins oitocentistas. Após o contato com as fontes históricas em tela, os alunos realizarão uma pesquisa sobre casos atuais de racismo e escreverão artigos, mostrando os casos de racismo e preconceito, propondo alternativas para superá-los. Nesse caso, deve-se enfatizar também a trajetória de personalidades negras que contribuem para que esse grupo tenha um destaque positivo.

Outra sugestão de oficina é pesquisar outros jornais de diferentes épocas que tenham a mesma preocupação que os pasquins do século XIX, a fim de perceber as diferentes formas de abordagem de discriminações ao longo do tempo.

Como alternativa para pensar sobre o Período Regencial, procurei desenvolver também algumas atividades utilizando as mesmas fontes. Os alunos deverão responder algumas perguntas com trechos selecionados sobre a questão política da Regência. Essas atividades podem ser escolhidas pelo professor, de acordo com o seu interesse. Outra possibilidade é solicitar que os discentes identifiquem casos de preconceitos nos relatos apresentados.

Assim, espera-se que os discentes possam aprender um tema que não costuma ser abordado pela escola, refletindo sobre os problemas cotidianos e de sociedades anteriores na luta por participação político-social e contra o racismo.

Vale ressaltar que a proposta de material pedagógico também pode ser utilizada numa perspectiva interdisciplinar, articulando as disciplinas de Sociologia e Filosofia, para o Ensino Médio, e Língua Portuguesa, para ambas as modalidades. Nas disciplinas da área de humanas, podem ser trabalhados os conceitos de cidadania entre outros; em Língua Portuguesa, podem ser discutidos os elementos que fazem parte da estrutura de um jornal e do gênero textual notícia propriamente ditos, além da leitura e interpretação dos textos.

Em suma, por meio dos avanços tecnológicos e usando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), o uso de fontes em sala de aula é possível. Tais atividades permitem inserir o discente no pensamento histórico e na prática do ofício do historiador.

## Considerações Finais

A criação do conceito de raça no século XIX foi o arcabouço teórico para que houvesse a prática do racismo, que afetou milhares de pessoas consideradas diferentes, devido à cor da pele e que se estende até os dias atuais. Porém, antes de sua teorização algumas pessoas já eram discriminadas em função de sua cor.

A partir da elaboração do conceito de racismo, o grupo hegemônico conseguiu manter-se no poder, subjugando diversas pessoas a fim de atingir seus interesses. Após o contato dos europeus com outros povos, no século XVI, houve uma dominação e discriminação acarretada pela diferença racial e social existentes entre eles. Desse modo, os povos europeus aproveitaram-se da diferença para obter vantagens estabelecendo uma relação hierarquicamente desigual entre os diferentes grupos.

O estudo sobre o racismo, desenvolvido para esta pesquisa, foi relevante, porque, no caso do Brasil, o conceito, permaneceu sendo negado, criando-se um tipo peculiar de racismo. Isso ocorreu devido ao mito da democracia racial, afirmado que havia uma convivência pacífica entre as três raças que formaram a sociedade brasileira. Tal ideia vigorou por muitos anos, até que houvesse o reconhecimento de que somos um país racista. A partir desse fato, houve a criação de políticas de ações afirmativas para a população negra, sendo uma conquista da luta antirracista.

O conceito social de raça e o conceito de racismo estiveram por muitos anos como foco de análise dos estudiosos de várias áreas do conhecimento. Nessa pesquisa e na proposta pedagógica tais conceitos foram utilizados a fim de entender seus significados e como a população lutava contra as práticas discriminatórias e como tais conceitos foram ressignificados para enfrentar o racismo.

Como desdobramentos desses conceitos emergiu a noção de antirracismo, também explorado nesta pesquisa, fruto das lutas de movimentos sociais negros que reivindicavam melhores condições de vida para a população negra e o fim do racismo.

Houve, portanto, uma longa trajetória, envolvendo, inclusive, mortes, para começarem a aparecer algumas conquistas. Nesse sentido, a luta antirracista foi essencial para a conquista de direitos à população negra, o que ocorreu com a criação de leis que puniam os casos de racismo, e com a implantação de políticas públicas de ações afirmativas.

O antirracismo também foi estendido à educação, a fim de que todos os grupos sociais fossem contemplados no processo educativo, pois por muitos anos a História da população

negra ficou relegada à segundo plano, sendo abordada apenas em datas comemorativas, como o 13 de maio e o 20 de novembro. Assim, a educação antirracista trouxe um ganho importante para a sociedade, principalmente para os alunos negros, devido à questão da representatividade, já que por muitos anos o currículo escolar era eurocêntrico, não privilegiando a História africana e afro-brasileira.

Devido aos casos de discriminação racial no século XIX, homens negros livres começaram a lutar por direitos políticos e contra a discriminação sofrida, escrevendo jornais para publicizar esses casos. Além de realizarem denúncias, reivindicavam direitos políticos, garantidos pela Constituição de 1824, a fim de que houvesse uma representação de negros no poder político. A chegada ao poder talvez possibilhasse a luta em prol de toda a população negra no Brasil, inclusive os escravizados.

As poucas e breves páginas dos pasquins oitocentistas, que circularam no ano de 1833, trouxeram um rico tema de estudo, por tornar pública as demandas da população negra no século XIX. Porém, a repressão feita aos pasquins pelo Governo Regencial impediu que suas reivindicações continuassem e até mesmo fossem atendidas.

O Período Regencial, em que foi inaugurada a imprensa negra, tornou-se um momento importante na História do Brasil, que pode ser visto sob a perspectiva do combate dos negros à discriminação racial, e não apenas como o cenário agitado que costuma ser retratado pela historiografia e pelos livros didáticos.

Com base na análise desse cenário, marcado pela ocorrência de vários casos de racismo, a educação pode auxiliar a divulgar o que é o racismo, contribuindo, também, para combater o racismo estrutural existente na sociedade brasileira. Para que isso ocorra, é fundamental o envolvimento da escola, dos professores e do poder público, a fim de criar mecanismos contra o racismo.

Em função dos poucos materiais voltados à educação étnico-racial, utilizando fontes históricas e que envolvem jornais da imprensa negra do século XIX, procurei criar um conjunto de atividades a fim de suprir essa lacuna. Para isso, foram desenvolvidas oficinas pedagógicas que estimulem o antirracismo na escola, a ser aplicadas pelos professores. Observei que as fontes são um material potente para o Ensino de História e para a educação antirracista, pois elas estimulam a aprendizagem dos alunos por lidarem com um material produzido por negros.

A partir dos jornais do século XIX, busquei inspiração para realizar um conjunto de oficinas que conduza os alunos a refletir sobre a produção de periódicos de uma determinada época e a criar suas próprias produções, a fim de que compreendam como acontece o racismo na sociedade.

Por meio de atividades práticas, foi desenvolvida uma proposta de educação antirracista, em que se buscou promover uma intervenção para um grave problema social, que é o racismo, mostrando que tal prática deve ser erradicada. Com a proposta, os alunos poderão perceber que práticas discriminatórias existem há muito tempo, assim como a luta contrária a essa triste realidade.

Nesse sentido, o uso de fontes históricas torna-se um instrumento interessante para ser utilizado em sala de aula, visto que fornece aos estudantes uma maneira de mostrar como o conhecimento histórico é produzido. No caso das fontes elaboradas por negros, permite abordar a luta da população negra contra as práticas discriminatórias e, ainda, promover uma educação antirracista, gerando representatividade entre os alunos negros.

Sendo assim, busquei, com a elaboração de material didático produzido a partir de fontes históricas, contribuir para que a escola aborde o problema do racismo e que promova ações a fim de reduzi-lo na sociedade, pois o conhecimento obtido na Educação Básica é significativo para os alunos. Após a criação da Lei 10.638/03, o Ensino de História da África e afro-brasileira foi obrigatório em todos os níveis de ensino, o que contribuiu para que mais pessoas tenham contato com um tema relevante que era pouco ensinado.

Em suma, espera-se que essa pesquisa e a proposta de trabalho apresentada possam contribuir para suprir parte da lacuna de materiais voltados aos conteúdos sobre História afro-brasileira e para uma educação antirracista, a fim de que a educação seja um movimento mais democrático e plural.

## Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amilcar; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 27-56.
- \_\_\_\_\_. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- \_\_\_\_\_. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. “Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. In: **Revista História Hoje**, v. 1, nº 1, p. 61-88, 2012
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- APPIAH, Khwame. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AZEVEDO, Célia. A Recusa da “Raça”: Antirracismo e Cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, p. 297-320, 2005.
- BASILE, Marcello. Regência e Imprensa: Percursos Historiográficos. **Almanack**, v. 20, 2018.
- \_\_\_\_\_. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil imperial** (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p. 53-119.
- BERTIN, Enidelce. **Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: São Paulo, 2006.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BLOCH, March. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação/SECAD. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CAIMI, Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CANDAU, Vera Maria. Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos. Rio de Janeiro: Novameria/PUC-Rio, 1999.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A Construção Nacional: 1830 – 1889**, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de; ZAMPA, Vivian Cristina. O Arquivo Nacional na “sala de aula”: fontes históricas na construção do conhecimento. **Revista História Hoje**. V. 6, nº 12, p. 35-54, 2017.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. O ensino de história e os desafios da diversidade: a conformação da consciência histórica nos processos de implementação da lei nº 10.639/2003. In: ROCHA, Helenice et al. **O ensino de história em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

COSTA, Warley. Currículo de história e produção da diferença: fluxo de sentidos de negros recontextualizados na história ensinada. In: Monteiro, Ana Maria F.C. et alii. **Pesquisa em Ensino de História**. Entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, 2014. (129-146).

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2009, v. 39, n. 138, pp. 963-994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000300014>>.

CRUZ, Eliane. **Pedagogia Decolonial Antirracista**: ações pedagógicas para uma construção possível. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares UFRRJ. 2020.

GABRIEL, Carmen. O outro como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico. PEREIRA, A. de A. e MONTEIRO, A.M. **Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius et al (orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011.

- \_\_\_\_\_. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONDIM, Eunice Ribeiro. **Vida e obra de Paula Brito.** Livraria Brasiliana Editora: Rio de Janeiro, 1975.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2009.
- HALL, Stuart. O Ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História,** São Paulo, n. 56, pp. 314-361, Mai.-Ago. 2016.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LIMA, Ivana Stolze. Com a palavra a cidade mestiça: Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. In: MATTOS, Ilmar Rholoff de (org.). **Ler e escrever para contar:** documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 161-184.
- \_\_\_\_\_. **Cores, marcas e falas:** sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIMA, Denise; SOUSA, Carlos. Educação Antirracista: um Brasil melhor é possível? **Revista Ibero-americana de Educação.** Vol. 64, Nº 1, 2014.
- LIMA, Mônica. Aprendendo e ensinando história da África no Brasil: desafios e possibilidades. In: ROCHA, Helenice Aparecida; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar:** memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 149 – 164.
- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In Jacques Revel (org.). **Jogos de escalas.** A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, pp. 225-250.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em construção:** Primeiro Reinado e Regências. São Paulo: Atual, 2000.
- MARCON, Frank. Antirracismo. **Revista de Estudos de Cultura,** n. 2, 2015.
- MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema:** A formação do estado imperial. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2017.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na cidade Imperial (1822 – 1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- \_\_\_\_\_. **O Período das Regências (1831-1840).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- \_\_\_\_\_ & BARROS, Marina. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.
- NEVES, Lúcia. **Corcundas e constitucionais:** A cultura política da independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola:** desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.
- \_\_\_\_\_. & Candau, Vera. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. 26, Abr. 2010.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970 – 1955). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Black lives matter* nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145589>
- \_\_\_\_\_. Memória, democracia e educação: reflexões sobre a diversidade étnico-racial e história oral. **História Oral**, v. 16, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2013.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, F. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De Pele Escura e Tinta Preta:** A Imprensa Negra do Século XIX (1833-1889). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- RODRIGUES NETO, Pedro Antonio. **Imprensa negra e proposta de intervenção pedagógica no ensino médio:** o exemplo do pasquim *O homem de Cor*. Monografia (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II.
- SANTANA, Allan Alves de. **Pan-Africanismo, descolonização das nações africanas e o ensino de história.** Dissertação de Mestrado, UNIFESP, 2018.
- SANTOS, Edilson Silva dos. **As representações da Cabanagem no livro didático: uso da imagética no Ensino de História.** Dissertação de Mestrado, UFT, 2018.
- SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 59-92, 17 out. 2011.

SANTOS, Rodrigo Luís dos. Ensino de História e a Imprensa: diálogos possíveis para seu uso na reflexão sócio-histórica e cultural em sala de aula. **Revista Urutáguia**, (38), p. 96 – 108, 2019.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e Antirracismo**: a categoria raça em questão. Psicologia Política. Vol. 10, nº 19, pp. 41-55, jan.-jun. 2010.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Petronilha Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius et al (orgs.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Graal, 1977.

**Anexo**



---

Pedro Antonio Rodrigues Neto

## Guia didático pedagógico

UFRJ

Julho / 2022

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de História

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: USOS DE PASQUINS DA IMPRENSA NEGRA DO  
SÉCULO XIX COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE HISTÓRIA**

PEDRO ANTONIO RODRIGUES NETO

Material didático apresentada à Banca Examinadora como  
requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Ensino  
de História junto ao Programa de Pós-Graduação em  
Ensino de História da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Warley da Costa.

Rio de Janeiro

2022

## Apresentação

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (Paulo Freire. **Pedagogia da Autonomia**. 2003, p. 47)

Caro (a) professor (a),

Meu nome é Pedro, sou professor de História da rede estadual do Rio de Janeiro e do Município de Belford Roxo. Atuo há mais de dez anos na Educação Básica e nesse período pude perceber alguns casos de racismo acontecendo em sala de aula entre os alunos. Acredito que alguns desses casos ocorreram por desconhecimento do que é racismo, possibilitando o não reconhecimento de situações de cunho racista. Sendo assim, é necessário criar algumas estratégias pedagógicas que promovam uma reflexão sobre o tema, a fim de minimizar esse problema nas salas de aulas.

Este guia pedagógico foi elaborado como desdobramento da minha pesquisa de dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), intitulada “Educação Antirracista: usos de pasquins do século XIX como estratégia de ensino de História”, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em minha dissertação, procurei analisar trechos de pasquins da imprensa negra do século XIX. Em 1833 surgiram os primeiros jornais da imprensa negra no país, seus redatores escreviam reivindicando o direito de participação política, que era garantido pela Constituição de 1824; denunciando casos de discriminação racial e protestando contra o governo regencial. Os pasquins encontrados foram: *O Mulato ou O Homem de Cor*, *O Meia Cara*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*. Esses pasquins podem ser encontrados na internet, conforme irei disponibilizar a seguir.

A proposta sugerida neste material é a realização de oficinas pedagógicas por você colega professor (a), a partir de tais pasquins da imprensa negra, para facilitar o Ensino de História. Tal material permite colocar em prática a Lei 10.639/03 que obriga os estabelecimentos de ensino da Educação Básica a valorizar a História e cultura Afro-brasileira, no currículo de História. É importante ressaltar que a legislação, fruto de luta do movimento negro, foi uma importante contribuição para combater o racismo em nosso país, visto que a escola ocupa um lugar privilegiado na luta antirracista.

As atividades sugeridas permitem trabalhar com fontes históricas em sala de aula, elemento essencial da pesquisa histórica. O uso de fontes possibilita ao aluno o contato com parte da atividade do trabalho do historiador, fazendo com que o discente comprehenda como o conhecimento histórico é realizado. Ainda que o propósito de tais atividades com as fontes históricas não seja produzir um pequeno historiador, esse trabalho instiga a curiosidade investigativa dos estudantes. Outro ponto relevante é que tais fontes estão facilmente acessíveis na internet, tanto para o professor, quanto para o aluno facilitando seu manuseio. Mas, para que tal atividade seja realizada de maneira eficaz, saiba, professor (a), que a sua atuação é de suma importância.

Atualmente, faz-se necessário realizar aulas diferenciadas, utilizando vários recursos didáticos e novas linguagens, como filmes, jornais, músicas etc. Tais recursos são essenciais para estimular a aprendizagem dos alunos.

Os materiais necessários para a realização das atividades estão disponíveis na internet, no site da Biblioteca Digital, seção Hemeroteca Digital. O link será disponibilizado no final desse guia.

Nas páginas a seguir, você encontrará as atividades propostas; elas são sugestões para o seu trabalho em sala de aula, podendo ser feitas alterações, de acordo com o seu interesse. Espero que elas possam ajudá-lo em sua prática pedagógica, surtindo o efeito desejado ao promover a discussão sobre racismo, a fim de minimizá-lo em sala de aula.

## Introdução

Um problema social do tempo presente que afeta o cotidiano de diversas pessoas, inclusive as escolas, é o racismo. Assim, é necessário criar ações que levem à reflexão sobre esse tema, a fim de reduzir ou eliminar o racismo da sociedade e dos espaços escolares.

Nesse sentido, a escola pode contribuir ao explicar o que é o racismo e como evitá-lo, não se omitindo a respeito do assunto. Atualmente, o antirracismo tornou-se um termo bastante divulgado em função dos diversos casos de racismo presentes na sociedade, que afetam o cotidiano de diversos negros, acarretando inclusive em mortes. Uma dessas formas acontece por meio da educação antirracista que é entendida como uma ação que visa contrapor o racismo, valorizando, ao mesmo tempo, a cultura africana e afro-brasileira.

Essa abordagem na educação é importante tanto para alunos negros, quanto para os demais alunos, pois a luta contra o racismo deve ser de todos. No caso dos alunos negros, isso é ainda mais relevante, pois ao apresentar os personagens negros é possível gerar uma identificação dos estudantes com o tema. Tal fato acontece porque, por muitos anos, o Ensino de História concentrou-se nas grandes personalidades, que eram homens brancos, preferencialmente de origem europeia. Atualmente, a partir de pesquisas recentes, figuras negras passaram a ter destaque como tema no currículo escolar.

É necessário romper com o eurocentrismo que afeta os currículos da educação. Isso pode ser feito com uma abordagem decolonial, fruto dos estudos pensadores latino-americanos, como Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Catherine Walsh, dentre outros. A decolonialidade é uma forma de tornar visível as lutas contra a colonialidade. Esse conceito é fruto da dominação ocorrida em países da América, África e Ásia na modernidade.

O guia pedagógico proposto apresenta, como sugestão, três oficinas, que foram criadas a partir do uso de pasquins da imprensa negra do século XIX. Foram encontrados os seguintes periódicos: *O Mulato ou O Homem de Cor*, *O Meia Cara*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*. Tais jornais surgiram no ano de 1833, durante o período da Regência Trina Permanente, no Rio de Janeiro, sede do Governo. Eles foram criados por homens negros livres que reivindicavam direito de participação política e o fim das discriminações raciais. Em geral, a autoria dos pasquins era anônima, cujos editores eram desconhecidos. Os únicos conhecidos, por meio de pesquisas historiográficas, são *O Homem de Cor* e *O Meia Cara* que foram criados por Francisco de Paula Brito.

As oficinas foram idealizadas com o objetivo de promover a criatividade no ensino, em que os alunos possam refletir sobre as atividades sugeridas, a fim de criar suas próprias ideias sobre o racismo. Essas oficinas permitem uma participação intensa dos estudantes, aproximando-o de experiências vivenciadas no passado tornando significativo esse conhecimento. Para a realização dessas oficinas, o (a) professor (a) tem papel de destaque na mediação do conhecimento histórico escolar.

A partir dos jornais, também elaborei uma proposta de atividade, em que os alunos devem identificar o que foi pedido e, em algumas questões, refletir sobre as situações que envolvem a discriminação citada nos pasquins. Para a realização dessas atividades, o (a) professor (a) pode escolher as questões que desejar e solicitar que os alunos respondam, ou seja, pode trabalhar de forma individual as questões propostas.

Outro ponto que também considero importante é que tais jornais da imprensa negra surgiram durante o Período Regencial. Esse tema costuma ser lecionado como sendo um simples intervalo entre o Primeiro Reinado e o Segundo Reinado, em que a unidade territorial do Brasil foi ameaçada. Porém, surgiram acontecimentos significativos que merecem ser valorizados, como o surgimento da imprensa negra.

Nesse sentido, o (a) professor (a) pode trabalhar com vários aspectos da história do nosso país, tanto no século XIX, quanto na atualidade, procurando ressaltar que sempre houve desigualdades sociais e raciais que afetaram a vida de vários negros, gerando, em alguns casos, mortes por causa do ódio.

A oficina 1 foi desenvolvida pensando sobre o pasquim *Brasileiro Pardo*. Os alunos deverão fazer uma releitura dele e criar suas próprias versões.

Na oficina 2, os alunos devem refletir sobre os casos de racismo, a partir da análise do pasquim *O Cabrito* e, em seguida, criar um jornal antirracista refletindo sobre os problemas de racismo na sociedade atual, propondo alternativas para combatê-lo.

Na oficina 3, é sugerido que os alunos leiam o periódico *O Mulato ou O Homem de Cor*<sup>16</sup> e façam uma pesquisa sobre os jornais antirracistas no século XX e realizem um debate sobre as ideias propostas por eles.

Em seguida, na segunda leva de atividades, são oferecidas cinco propostas que tiveram como foco a leitura e interpretação de fragmentos dos jornais da imprensa negra, objeto desse estudo. A realização dessas atividades ficará a critério do (a) professor (a) aplicar ou não, assim como a quantidade de perguntas que será realizada.

---

<sup>16</sup> A expressão “mulato”, apesar de ser considerada atualmente pejorativa, naquela época era comum para designar uma pessoa de origem mestiça.

Em todos os jornais escolhidos para as atividades há elementos sobre as discriminações raciais, críticas ao governo e reivindicações de participação política. Assim, a ordem pode ser alterada de acordo com o critério do docente, ou da disponibilidade para a entrega dos pasquins aos alunos.

As oficinas e as atividades foram idealizadas para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, pois é o momento em que o conteúdo sobre Período Regencial deve ser lecionado, mas pode ser desenvolvida também para a 2ª série do Ensino Médio, quando o conteúdo é novamente trabalhado. Entretanto, as oficinas e as atividades podem ser aplicadas, com a mediação do professor, em qualquer ano de escolaridade, desde que sejam feitas as adaptações necessárias, pois o objetivo é promover a educação antirracista.

Com essas oficinas espera-se que o (a) docente possa criar as possibilidades para a produção do conhecimento e não apenas transferi-lo pronto aos alunos.

## Oficina 1

Título: Releitura do jornal *Brasileiro Pardo*

Objetivos:

- Reescrever os jornais do século XIX
- Refletir sobre a situação dos negros livres
- Desenvolver um jornal antirracista

Público-alvo: Alunos do 8º ano Ensino Fundamental

Etapas: Após a aula sobre o Período Regencial, o professor vai entregar ou projetar exemplares do pasquim *Brasileiro Pardo*. Os alunos irão se dividir em grupos, de até quatro pessoas, para analisar o jornal em questão. Os discentes deverão observar os casos de discriminação relatados, as reivindicações solicitadas e como viam o governo da época. Os temas podem ser indicados pelo professor, a fim de facilitar a compreensão do aluno. Em seguida, deverão debater entre o grupo e criar um jornal a partir do material selecionado, preocupando-se com a situação do negro na época da circulação do jornal. Ao final da oficina, o material produzido pelos alunos poderá ser lido para a turma e exposto na sala.

Recursos didáticos: Jornais impressos, folhas de papel A4, Datashow

Duração: 150 minutos

Avaliação: Criação de um jornal

**Imagen 1:** *Brasileiro Pardo*



## Oficina 2

Título: Pensando o racismo na atualidade

Objetivos:

- Analisar o pasquim *O Cabrito*
- Pensar o racismo na sociedade atual
- Desenvolver um jornal antirracista a partir de casos de racismo no tempo presente.

Público-alvo: Alunos do 8º ano Fundamental

Etapas: Após a aula sobre o tema envolvendo o Período Regencial, os alunos deverão se reunir em grupo, de até quatro pessoas, para ler as duas edições do pasquim *O Cabrito*. Os estudantes irão procurar os casos que envolvam discriminação, as reivindicações solicitadas e qual análise faziam do governo da época. Em seguida, eles deverão realizar uma pesquisa sobre casos recentes de racismo ocorridos no Brasil e no mundo. Posteriormente, deverão debater sobre os casos, no grupo, e, depois, elaborar um jornal com as informações obtidas, nos moldes do pasquim analisado, propondo alternativas para superar o racismo na sociedade brasileira. Pode-se também fazer uma pesquisa sobre as personalidades negras de destaque em várias áreas, criando uma seção dentro do jornal, a fim de valorizar a figura do negro.

Para a realização dessa oficina, pode-se combinar uma aula interdisciplinar com o (a) professor (a) de português, que apresentará explicações sobre as partes que compõem um jornal (notícia, reportagem, coluna etc.) e sobre os elementos que formam a estrutura de uma notícia (manchete, subtítulo, lide, corpo da notícia), para compor o jornal a ser desenvolvido.

Recursos didáticos: Pesquisa na internet, folha de papel A4 ou cartolina

Duração: 150 minutos

Avaliação: Elaboração dos textos dos jornais criados pelos alunos e exposição dos materiais produzidos.

Imagen 2: *O Cabrito*



### Oficina 3

Título: A luta antirracista na História, a partir do pasquim *O Mulato ou O Homem de Cor*

Objetivo:

- Ler e analisar o Pasquim *O Mulato ou O Homem de Cor*
- Pesquisar jornais antirracistas no século XX
- Selecionar trechos dos jornais antirracistas
- Debater sobre o racismo

Público-alvo: Alunos do 8º ano - Ensino Fundamental/ 2ª série - Ensino Médio

Etapas: Os alunos deverão analisar o pasquim *O Homem de Cor*, ou trechos selecionados pelo professor e, posteriormente, realizar uma pesquisa na internet sobre jornais antirracistas que existiram no século XX. Em seguida, deverão selecionar trechos dos jornais que expõem o racismo, propondo alternativas para superá-lo. Por fim, será realizado um debate sobre as ideias encontradas.

Recursos didáticos: Internet para pesquisa

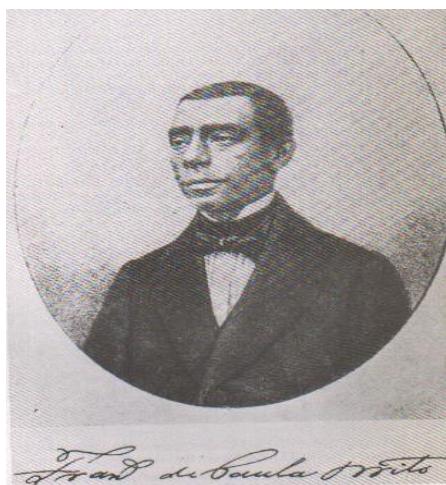
Duração: 100 minutos

Avaliação: Apresentação oral

**Imagen 3:** *O Mulato ou O Homem de Cor*



Imagen 4: Francisco de Paula Brito



### Atividade 1

O povo do Brasil é composto de classes heterogêneas, e debalde as leis intentem misturá-las, e confundi-las, sempre alguma etc. Debalde dizemos nós que o presidente e seus asseclas não confundirem as classes, a diferença entre nós está na razão da ciência e da virtude entre a estupidez e o vício: o título 2º da Constituição marcando os Cidadãos brasileiros não distinguiu o roxo do amarelo o vermelho do preto, mas o ditador Zeferino; na pátria dos Agostinhos e Canecas ousou em menoscabo da grande lei cravar agudo punhal em os peitos brasileiros. Demos ao presidente *moderado* que devera-se criar Batalhões segundo os quilates da cor, criava se um batalhão dos intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos.

*O Homem de Cor*, nº. 1, p. 2.

Responda com base no texto:

- 1) Em sua opinião, por que o redator diz que o Brasil é composto por classes heterogêneas?
- 2) Qual era o partido político que governava o Brasil no momento da edição de *O Homem de cor*?
- 3) Qual foi a sugestão dada pelo escritor do pasquim?

### Atividade 2

É desta sorte que muitos moderados a quem aqui no Rio de Janeiro o Sr. Lafuente já livrou de ferozes inimigos, fazem-lhe hoje a mais tirana guerra, sem se lembrarem dos tempos passados em que o Sr. Lafuente era chamado verdadeiro brasileiro etc. Assim é que hoje alguns moderados pagam ao seu benfeitor; porém estes serviços seriam tomados em consideração se o Sr. Lafuente não tivesse a pecha de ser mulato, único motivo que deu origem à sua prisão pois foi feita no dia em que a Restauração apareceu tratando-o de bode, farroupilha etc.

*O Mulato, ou O Homem de Cor*, nº. 4, p. 2.

Responda com base no texto:

- 1) Quais foram as contribuições feitas por Lafuente descritas no pasquim apresentado?
- 2) Como o escritor afirma que o Sr. Lafuente era conhecido?
- 3) De acordo com o redator, qual foi o motivo da prisão de Lafuente?

### Atividade 3

Muito se esforçam os moderados para dividirem os homens de cor, e chamar o odioso sobre esta gente, que tem defendido com coragem o Brasil desde a gloriosa luta da sua Independência. Perseguições atrozes têm-se feito; as folhas *chimangas* tem vomitado impropérios contra os homens de cor, e tudo para quê? Para só pôr em desespero a ver se saem a campo, e depois levá-los a ferro, e fogo, como se fez em 3 de abril! Porém, muito se enganam os *chimangos*, hoje já não querem as bichas!!

*O Mulato, ou O Homem de Cor*, nº. 5, p. 3-4.

Responda com base no texto:

- 1) Qual era a intenção do partido citado no texto acima?
- 2) O que estava acontecendo com os homens de cor no período estudado? Na sua opinião, por que isso acontecia?
- 3) Qual era o objetivo, segundo os jornais da época, a perseguição aos homens de cor?

#### *Atividade 4*

Quando o Duque de Bragança era imperador do Brasil, não obstante ver eu nas repartições públicas, no ministério e até na Câmara dos senadores alguns pardos; e de ver que o então Imperador se não esquecia deles mesmo para a casa Imperial, e que os tratava bem, que lhes dava patentes, condecorações etc; contudo como o coração humano é naturalmente ambicioso vi em nenhum desses favores me chegou por casa, a minha alma era insensivelmente seduzida pelas doces palavras dos homens que nesse tempo se inculcavam defensores do povo, e combatiam o Poder; de forma, que era tal a prevenção em que eu estava, que quando D. Pedro despachava algum homem de cor, eu atribuía a graça a quantos motivos podiam ocorrer-me, menos porém a afeição do Príncipe para com os homens da minha classe: assim como eu, muitos outros, talvez a totalidade dos pardos igualmente pensavam; daqui nascia que nós fossemos um elemento certo, e seguro com que a oposição de então contava; em verdade, quantos homens se enganam!

*Brasileiro Pardo, nº. 1, p. 1.*

Responda com base no texto:

- 1) Segundo o fragmento do texto, o que acontecia no período que D. Pedro I governava o país?
- 2) O que acontecia quando D. Pedro I agraciava um homem de cor?
- 3) Qual era o sentimento do escritor em relação ao que foi relatado no texto?

#### *Atividade 5*

É necessário que o Brasil todo conheça o estado de aviltamento, a que o tem conduzido uma horda malvada de antropófagos canibais prontos a devorar seus semelhantes se daí resulta alguns bens posto que efêmeros; é necessário que a verdade rompa as trevas que a cobrem, e apareça radiante avessa aos tiranos e a tirania: é necessário que as nações cultas conheçam todas que o Brasil detesta esta administração sanguinária e traiçoeira, e que a sofre porque as espadas, a pólvora e as bocas de bronze prestes a descarregar-se sobre o inocente povo, e a vomitar a morte, o tem posto em coação. O Lafuente, este moço generoso, amante do Brasil, resoluto, corajoso, inimigo de todos os despotas, patriota, e mártir da Liberdade vai alentar os ânimos aos brasileiros timorato, vai quebrar os ferros que algemam os pulsos briosos dos habitadores deste vasto território; não é a primeira vez que o despotismo vê-se envergonhado diante deste jovem, que tendo sido sua vítima, o tem sabido vencer, e quase só no meio da geral consternação tem arrostados os tormentos e erguido a voz em favor dos direitos dos povos. Tremei, sanguessugas, tiranos da Pátria, vossa duração toca o seu termo, vosso poder se abala, e bem

cedo baqueareis no meio do júbilo dos que amam o Brasil: Cidadãos brasileiros de cor, escutai-lhe a voz, ouvi-lhe os brados e morreram os déspotas que o tiranizam, e nos oprimem.  
*O Lafuente*, nº.1, p. 1.

Responda com base no texto:

- 1) Em sua opinião, por que era necessário que todos conhecessem o que estava acontecendo no Brasil?
- 2) O escritor é a favor ou contra o governo? Justifique sua resposta.
- 3) Segundo a reportagem, de que forma Lafuente agia para combater os desmandos dos déspotas?
- 4) A quais grupos o escritor do pasquim se dirigia?

*O Homem de Cor*

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701815&pesq=&pagfis=1>

*O Cabrito*

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701734&pesq=&pagfis=1>

*O Lafuente*

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702374&pesq=&pagfis=1>

*Brasileiro Pardo*

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702730&pesq=&pagfis=1>

*O Meia Cara*

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701793&pesq=&pagfis=1>

## Sugestões de Leitura

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amilcar; MONTEIRO, Ana Maria (orgs.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 27-56.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AZEVEDO, Célia. A Recusa da “Raça”: Antirracismo e Cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, p. 297-320, 2005.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil imperial (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p. 53-119.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação/SECAD. 2018.

CAIMI, Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MARCON, Frank. Antirracismo. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 2, 2015.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- MOREL, Marco. **O Período das Regências** (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, F. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De Pele Escura e Tinta Preta: A Imprensa Negra do Século XIX (1833-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 59-92, 17 out. 2011.
- SANTOS, Sales Augusto. A Lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e Antirracismo**: a categoria raça em questão. Psicologia Política. Vol. 10, nº 19, pp. 41-55, jan.-jun. 2010.
- SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.